

Teses sobre o socialismo

Teses do CC do KKE ao XVIII Congresso
Atenas, 18-22 Fevereiro de 2009

Índice

- A. A contribuição do sistema socialista
 - B. Posições teóricas sobre o socialismo como fase inferior e a primeira do comunismo
 - C. Socialismo na URSS – Causas da vitória da contra-revolução
 - Análise da economia durante o curso da construção do socialismo na URSS
 - Conclusões sobre o papel do Partido Comunista no processo de construção do socialismo
 - O desenvolvimento do poder soviético
 - Desenvolvimentos no movimento comunista internacional e na sua estratégia
 - Análise do posicionamento do KKE
 - D. A necessidade e importância do socialismo. Enriquecimento da nossa concepção programática do socialismo
 - A necessidade e importância do socialismo
 - Enriquecimento da nossa concepção programática sobre o socialismo
- Epílogo

A. A contribuição do Sistema Socialista

1. O desenvolvimento do capitalismo e da luta de classes trouxeram inevitavelmente o comunismo para a ribalta da história em meados do século XIX. O primeiro programa científico do comunismo é o *Manifesto do Partido Comunista* escrito por Karl Marx e Friedrich Engels há 160 anos em 1848. A primeira revolução proletária foi a Comuna de Paris em 1871. Com o século XX chegou o êxito da Revolução Socialista de Outubro na Rússia em 1917, que constituiu um ponto de partida para uma das maiores realizações da civilização na História da humanidade, a abolição da exploração do homem pelo homem. Em seguida, depois da II Guerra Mundial, o poder estatal foi tomado numa série de países da Europa e Ásia, assim como em Cuba, no continente Americano, com vista à construção do socialismo.

Apesar dos vários problemas dos países socialistas, o sistema socialista do século XX provou a sua superioridade sobre o capitalismo e as suas imensas vantagens em termos de condições de vida e de trabalho das pessoas.

A União Soviética e o sistema socialista mundial constituíram o único contrapeso real à agressão imperialista.

O papel da União Soviética na vitória antifascista dos povos durante a II Guerra Mundial foi decisivo. A União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS) esmagou a máquina de guerra da Alemanha e dos seus aliados que tinha invadido o território soviético. Libertou uma série de países da Europa das forças de ocupação alemãs. Mais de 20 milhões de cidadãos soviéticos deram a sua vida pela pátria socialista, enquanto 10 milhões ficaram

inválidos ou deficientes. A extensão da devastação material do território soviético foi enorme.

As vitórias do Exército Vermelho impulsionaram significativamente o desenvolvimento dos movimentos de libertação nacional e antifascista que eram liderados por partidos comunistas. Em muitos países da Europa Central e de Leste a luta antifascista, com o contributo decisivo do Exército Vermelho, conduziu à derrota do domínio da burguesia.

O sistema socialista forneceu exemplos históricos de solidariedade internacionalista com os povos em luta contra a exploração, a ocupação estrangeira e a intervenção imperialista; contribuiu decisivamente para a dissolução do sistema colonial e para a limitação de confrontações militares e de conflitos.

As realizações dos trabalhadores nos Estados socialistas foram um ponto de referência durante muitas décadas e contribuíram para os avanços obtidos pela classe operária e pelo movimento popular nas sociedades capitalistas. A correlação internacional de forças formada depois da II Guerra Mundial forçou os países capitalistas a recuar até certo grau e a manobrar de forma a refrear a linha revolucionária de luta e criar condições para que pudessem assimilar o movimento da classe operária.

A abolição de relações capitalistas de produção libertou a humanidade das amarras da escravatura assalariada e abriu o caminho para a produção e o desenvolvimento das ciências com o objectivo de satisfazer as necessidades das pessoas. Desta forma, a todos tinham trabalho garantido, saúde e educação públicas e gratuitas, o fornecimento pelo Estado de serviços baratos, habitação e acesso à fruição de bens intelectuais e culturais

Em 1913, os agricultores, trabalhadores e empregados do Império Russo detinham 53 por cento do rendimento nacional, enquanto as classes exploradoras detinham 47 por cento, ou seja, quase metade. Depois da Grande Revolução Socialista de Outubro, a parte do rendimento não proveniente do trabalho caiu de uma forma acentuada; no entanto em 1927-28, os elementos exploradores ainda se apoderavam de 8,1 por cento do rendimento nacional. Em meados dos anos 30, o total do rendimento do Estado pertencia inteiramente aos trabalhadores¹.

A completa erradicação da terrível herança do analfabetismo conjugada com o aumento do nível geral de educação e de especialização e a abolição do desemprego constituem conquistas ímpares do socialismo. Na União Soviética, de acordo com os dados do censo de 1970, mais de três quartos da população trabalhadora das cidades e 50 por cento dos trabalhadores das áreas rurais tinham completado o nível médio ou superior de educação².

A URSS, no curso dos 24 anos que antecederam o assalto nazi, operou passos importantes no seu desenvolvimento industrial e económico, tentando ultrapassar o atraso herdado do capitalismo.

A revolução cultural, como um elemento inseparável da construção do socialismo, deu ao povo trabalhador a possibilidade de conhecer e usufruir as conquistas da cultura humana.

Na União Soviética, em 1975, era garantido por lei que o horário de trabalho não podia ultrapassar as 41 horas por semana³, um dos mais baixos do mundo. A todos os trabalhadores eram assegurados dias de repouso e descanso e férias anuais pagas.

O tempo livre foi alargado e o seu conteúdo modificado. O tempo livre deixou de ser tempo para a reprodução da mercadoria força de trabalho, de forma a mantê-la apta para a exploração capitalista. Aos trabalhadores foi dada a oportunidade de utilizarem o tempo livre para aumentar o seu nível cultural e educativo e participar no poder operário e na administração da produção.

¹*Economia Política*, Faculdade de Economia da Universidade de Lomonósov, Moscovo, Vol 5, Gutenberg Press, 1980, p. 604-605.

² Idem, Vol. 4, p. 604-605.

³ A *Grande Enciclopédia Soviética*, Vol 31, p. 340, refere-se a esta lei designada «Princípios da Legislação do Local de Trabalho na URSS e nas Repúblicas da União».

A segurança social do povo trabalhador era uma prioridade absoluta do Estado socialista. Foi criado um amplo sistema de benefícios na reforma com a importante conquista do limite de idade de aposentação (55 anos para as mulheres e 60 anos para os homens). Os recursos para o fundo estatal de reformas eram garantidos pela política fiscal do orçamento de Estado e pelas contribuições asseguradas pelas empresas e instituições. Condições semelhantes vigoravam nos restantes países socialistas da Europa.

O poder socialista lançou os alicerces para a abolição da desigualdade das mulheres, ultrapassando grandes dificuldades que existiam objectivamente. O socialismo assegurou na prática o carácter social da maternidade e socializou os cuidados infantis. Instituiu direitos iguais para mulheres e homens nos domínios da economia, da política e da cultura, o que, como é óbvio, não significa que todas as formas de relações desiguais entre os dois géneros, que se desenvolveram durante um tão longo período de tempo, pudessem ser removidas imediatamente.

A ditadura do proletariado, o poder revolucionário dos trabalhadores, entendido como um Estado que exprime os interesses da maioria social do povo explorado e não da minoria dos exploradores, provou ser uma forma superior de democracia. Pela primeira vez na História a unidade de produção pôde tornar-se o núcleo da democracia, com a participação representativa do povo trabalhador no poder e na administração, com a possibilidade de eleger e destituir representantes entre eles para participarem nos níveis mais elevados do poder. O poder dos trabalhadores emancipou as massas e desenvolveu-se um vasto número de organizações de massas: sindicatos, associações de cultura e de educação, nas quais estava organizada a maioria da população.

A propaganda burguesa e oportunista, ao falar de regimes com falta de liberdade e antidemocráticos, esquematiza os conceitos de «democracia» e «liberdade» no seu conteúdo burguês, identificando democracia com parlamentarismo burguês e liberdade com individualismo burguês e propriedade privada capitalista. A verdadeira essência da liberdade e da democracia no capitalismo é a coacção económica da escravidão assalariada e a ditadura do capital na sociedade em geral e dentro das empresas capitalistas em particular. A nossa abordagem crítica em relação ao controlo e à participação dos trabalhadores e do povo não tem nenhuma relação com as abordagens burguesas e oportunistas da democracia na URSS.

A Revolução de Outubro lançou um processo de igualdade entre nações e nacionalidades no âmbito da estrutura de um Estado multinacional gigante e forneceu o caminho para a resolução do problema nacional ao abolir a opressão nacional sob todas as suas formas e manifestações. No entanto este processo foi minado durante o curso da erosão das relações comunistas e completamente parado com os desenvolvimentos contra-revolucionários nos anos 80 do século XX.

Os Estados socialistas fizeram sérios esforços para desenvolver formas de cooperação e relações económicas baseadas no princípio do internacionalismo proletário. Com a criação em 1949 do Conselho de Ajuda Mútua Económica (CAME) foi feito um esforço para materializar um novo tipo de relações internacionais sem precedentes, baseado nos princípios da igualdade, da vantagem e da ajuda mútuas entre Estados que estavam a construir o socialismo. Um tema que requer investigação adicional é o das relações entre os Estados membros do CAME, bem como o das relações económicas entre e os Estados capitalistas, em especial durante o período em que a construção do socialismo começou a regredir.

Os avanços que foram inegavelmente realizados nos Estados socialistas, em comparação com o seu ponto de partida, bem como em comparação com o padrão de vida do povo trabalhador no mundo capitalista, provam que o socialismo possui potencial intrínseco para melhoria drástica e contínua da existência da humanidade e o desenvolvimento da personalidade humana.

O nível de desenvolvimento do socialismo em cada um dos Estados operários revolucionários não era o mesmo e em grande medida dependia do nível de

desenvolvimento do capitalismo existente quando da tomada do poder – uma realidade que deve ser tida em consideração quando são feitas análises e comparações.

O facto mais significativo, no entanto, é que o salto histórico projectado e alcançado tendo como ponto de partida a Revolução de Outubro na Rússia, provocou um importante impulso no desenvolvimento do homem, como força produtiva principal, nas suas conquistas científicas e tecnológicas, no progresso dos seus padrões de vida, no seu nível educativo e cultural.

Historicamente novo foi o facto de este desenvolvimento ter abrangido as massas como um todo, em contraste com o desenvolvimento capitalista o qual é caldeado com a exploração e a injustiça social, com grande devastação, como a que ocorreu com as populações nativas no continente americano e na Austrália, com o sistema de escravidão em massa nos últimos séculos nos EUA, exploração colonial, a anarquia da produção e subsequente destruição das grandes crises económicas, com guerras imperialistas, trabalho infantil e muito mais.

O contributo e a superioridade da construção do socialismo na URSS deveriam ser avaliados em correlação com a estratégia imperialista de cerco que causou grande destruição, obstáculos e ameaças permanentes. A estratégia imperialista assumiu várias formas durante diferentes períodos do poder operário revolucionário (ataque imperialista directo em 1918 e 1941, declaração da guerra fria em 1946, relações políticas diplomáticas diferenciadas relativamente a outros Estados da Europa Central e de Leste).

Este facto não anula a necessidade de focarmos a nossa atenção nas condições internas, nas relações económico-políticas, nas quais o factor subjectivo desempenhou um papel decisivo na preponderância, desenvolvimento e supremacia das novas relações sociais.

B. Posições teóricas sobre o socialismo como fase inferior e a primeira do comunismo

2. O socialismo é a primeira fase da formação socioeconómica do comunismo; não é uma formação socioeconómica autónoma. É um comunismo *imaturado*, *não desenvolvido*.

O completo estabelecimento das relações comunistas pressupõe a superação dos elementos de imaturidade que caracterizam a sua fase inferior, o socialismo.

Comunismo imaturo significa que as relações comunistas na produção e na distribuição ainda não triunfaram plenamente.

Permanece válida a lei fundamental do modo de produção comunista: «*Produção para a crescente satisfação das necessidades sociais*».

Os principais meios de produção são socializados, mas no início ainda subsistem formas de propriedade individual ou de grupo que constituem a base das relações de mercadoria-dinheiro.

Uma grande parte do produto social para consumo individual é distribuído com base no trabalho, e não nas necessidades, de acordo com o princípio «*a cada um segundo o seu trabalho, de cada um segundo as suas capacidades*». Nas condições do comunismo desenvolvido o princípio prevalecente é: «*de cada um segundo as suas capacidades, a cada um segundo as suas necessidades*» para a totalidade do produto social.

No socialismo continuam a existir desigualdades sociais, estratificação social, diferenças significativas ou mesmo contradições, tais como entre a cidade e o campo, trabalhadores intelectuais e operários manuais, trabalhadores especializados e não especializados. Todas estas desigualdades devem ser completamente erradicadas, gradualmente e de forma planificada.

Quanto mais imaturo é o desenvolvimento do socialismo, tanto menor é o nível educacional e tecnológico das massas laboriosas que as impede de desempenhar o seu papel

substantivo na organização do trabalho, na sua percepção dos diferentes segmentos do processo de produção, no trabalho de administração. Nestas condições os trabalhadores em cargos de gestão tendem a isolar o interesse individual e o interesse da produção do interesse social, enquanto que os trabalhadores que desempenham actividade intelectual e possuem uma elevada especialização tendem a reivindicar um maior quinhão do produto social total, uma vez que a «*atitude comunista*» em relação ao trabalho ainda não é a dominante.

Para que o modo de produção comunista se expanda, desenvolva e prevaleça por completo, a luta de classe da classe operária deve continuar – em novas condições, com outras formas e meios relativamente à luta levada a cabo sob o capitalismo e no primeiro período do poder revolucionário durante o qual as relações de produção capitalistas estão a ser abolidas. É uma batalha contínua pela abolição de qualquer forma de propriedade individual ou de grupo, bem como da consciência pequeno-burguesa que tem raízes históricas profundas; é uma luta pela formação de uma consciência social e de uma atitude correspondentes ao carácter social do trabalho. Por esta razão, é necessária a existência de um Estado, que é o poder revolucionário da classe operária, a ditadura do proletariado.

O salto efectuado durante o período revolucionário de transição do capitalismo para o comunismo desenvolvido é qualitativamente superior a qualquer outro anterior, uma vez que as relações comunistas, que não são de natureza exploradora, não se forjam no interior da estrutura do capitalismo.

Trata-se da luta das «sementes» do novo contra os «vestígios» do velho sistema em todas as esferas da vida social. *A luta pela transformação de todas as relações económicas e, por extensão, de todas as relações sociais, em relações comunistas, significa que a revolução social não pode ficar limitada apenas à tomada do poder ou à formação de uma base económica inicial, mas deve abranger a todo o período do socialismo.*

3. A construção do socialismo é um processo ininterrupto, que começa com a tomada do poder pela classe operária. No início, forma-se um novo modo de produção que *prevalece essencialmente* com a completa abolição das relações capitalistas, a relação do capital com o trabalho assalariado. De seguida as relações comunistas e um novo tipo de homem evoluem continuamente para um nível que assegura o seu domínio irreversível.

A construção do socialismo encerra a possibilidade de uma inversão no seu curso e um retrocesso ao capitalismo, o que representa uma derrota da luta pelo pleno desenvolvimento das novas relações comunistas contra as reminiscências das velhas relações capitalistas. Tal retrocesso não é um fenómeno novo no desenvolvimento social, mas em todo o caso constitui um fenómeno temporário na sua História. É um facto irrefutável que, na história da humanidade, nunca um sistema socioeconómico se consolidou de imediato. A passagem de uma fase inferior de desenvolvimento para uma superior não é um processo ascendente sempre em linha recta. Isto é demonstrado pela própria história da dominação do capitalismo⁴.

⁴ As relações de produção capitalistas, enquanto uma nova forma histórica de exploração do homem pelo homem, com a relação trabalho assalariado-capital, surgiram e expandiram-se na segunda metade do século XIV nas cidades do Norte de Itália (ex. Génova, Veneza, etc.). No entanto, por uma variedade de razões, não puderam passar a um patamar superior de desenvolvimento o que teve como resultado o regresso às relações feudais. Mais tarde, o desenvolvimento das relações capitalistas na Inglaterra e na Holanda no século XVI trouxe a burguesia para a ribalta da história e levou a uma série de revoluções burguesas até que, finalmente, através de um processo de conflito e compromisso com os feudais, conseguiu afirmar-se no século XIX. Na *História do Mundo* da Academia de Ciências da URSS (Vol. C2, p. 943-983) a trajectória da expansão das relações capitalistas nas cidades do Norte de Itália é descrita em pormenor, bem como o processo da sua decadência e queda, que conduziu ao regresso do domínio das relações feudais. Uma característica reveladora da extensão que as relações capitalistas atingiram nas cidades italianas, foi a ocorrência de cruéis conflitos de classe, incluindo levantamentos e greves, organizados por trabalhadores assalariados contra os produtores burgueses, mercadores e banqueiros. Um

4. Consideramos inconsistente a abordagem que, falando de «sociedades de transição», atribui características autónomas e uma existência duradoura ao período de «transição do capitalismo para o socialismo» (construção da base da nova formação socioeconómica). Partindo desta tese os actuais sistemas na China e no Vietname são explicados como «*sociedades multi-sectoriais*» de transição, em que as relações comunistas «coexistem» com relações de produção exploradoras durante décadas.

Nós não ignoramos as características do período que na bibliografia marxista é conhecido como o «*período de transição*», no decorrer do qual a revolução socialista procura vencer, aumenta a possibilidade de uma guerra civil, e se trava uma luta aguda das relações comunistas, que estão no início do seu desenvolvimento, contra as relações capitalistas de exploração, que ainda não foram abolidas. A duração deste período depende do atraso que o socialismo herdou do capitalismo. A experiência histórica tem mostrado que este período não pode ter uma longa duração. Na URSS este período estava terminado em meados dos anos 30 do século XX. A luta com as relações capitalistas, as dificuldades de construção de uma base socialista, foi agudizada devido à herança feudal e patriarcal nas antigas colónias da Rússia Czarista. Lénine, no seu tempo, sublinhou que em países onde a indústria está mais desenvolvida, as medidas de transição rumo ao socialismo são limitadas ou, em alguns casos, tornam-se completamente desnecessárias.

O chamado período de transição *não é independente* do processo de construção socialista, já que é no seu decurso que é estabelecida a base para o desenvolvimento de uma sociedade comunista na sua primeira fase.

5. A criação de um modo de produção comunista começa com a socialização dos principais meios de produção, com o planeamento central, a distribuição da força laboral pelos diferentes ramos da economia e a distribuição planificada do produto social.

Na base destas novas relações económicas, as forças produtiva crescem a ritmos velozes: homem e meios de produção, a organização da produção e toda a economia. Realiza-se a acumulação socialista e alcança-se um novo nível de prosperidade social. Este novo nível torna possível o alargamento gradual das novas relações a áreas das forças produtivas que anteriormente não estavam suficientemente amadurecidas para serem incorporadas directamente na produção social.

Além disso, são criadas as premissas materiais para a abolição da diferenciação na distribuição do produto social entre os trabalhadores do sector do Estado (social).

O domínio absoluto das relações comunistas, a passagem à fase superior da nova formação socioeconómica exige a abolição, não só da propriedade capitalista, mas também de todas as formas de propriedade privada ou de grupo sobre os meios de produção e o produto social. A completa erradicação das diferenças entre a cidade e o campo, ou seja, a total abolição das classes, a erradicação da diferença entre trabalho manual e trabalho intelectual, uma das raízes mais profundas da desigualdade social⁵ que deve ser abolida, a total extinção dos conflitos nacionais.

De acordo com a lei social universal da correspondência entre as relações de produção com o nível de desenvolvimento das forças produtivas, cada nível historicamente novo de desenvolvimento das forças produtivas inicialmente atingido pela construção socialista exige um «revolucionamento» adicional das relações de produção e de todas as relações económicas com vista à sua total transformação em relações comunistas, através de

acontecimento característico diz respeito ao caso do levantamento de quatro mil trabalhadores das manufacturas têxteis de Florença em 1343. No século XV a indústria manufactureira era restringida e os ricos habitantes da cidade transferiam fundos para as actividades agrícolas. Um facto chave revelador do recuo das relações capitalistas, é o de que enquanto no século XII a escravatura tinha sido abolida ou diminuíra em certas cidades, na segunda metade do século XV voltou a ser instituída (Vol C2, p. 962-964).

⁵V.I. Lénine, *Obras Completas*, SE, Atenas, Vol 39, p. 15.

políticas revolucionárias. Como foi demonstrado pela prática qualquer atraso ou, mais grave ainda, um retrocesso no desenvolvimento das relações comunistas, provoca a agudização da contradição entre as forças produtivas e as relações de produção. Nesta base, as contradições sociais e diferenciações acima referidas podem transformar-se em antagonismos sociais e levar a uma agudização da luta de classes. No socialismo existe uma base objectiva que, em determinadas condições, possibilita que forças sociais ajam como potenciais portadores de relações de exploração, tal como se provou na URSS nos anos 80 do século XX.

6. O desenvolvimento do modo de produção comunista na sua primeira fase, o socialismo, é um processo pelo qual a repartição do produto social sob uma forma monetária é abolida. A produção comunista – mesmo no seu estágio imaturo – é directamente produção social: a divisão do trabalho não pressupõe transacções comerciais, não se efectua através do mercado, e os produtos do trabalho que são consumidos individualmente não são mercadorias.

A divisão do trabalho nos meios de produção socializados é baseada num plano que organiza a produção e estabelece as suas proporções com o objectivo de satisfazer as necessidades sociais e a distribuição dos bens (valores de uso). Por outras palavras, é uma divisão planificada centralizada do trabalho social que integra directamente – não através do mercado – o trabalho individual como parte do trabalho social total. O planeamento central distribui o tempo de trabalho social total, para que as diferentes funções do trabalho estejam em proporções correctas de forma a satisfazerem as diferentes necessidades sociais.

O conceito de planeamento não deve ser entendido como uma ferramenta técnico-económica, mas como uma relação comunista de produção e distribuição que liga os trabalhadores aos meios de produção, aos organismos socialistas. Pressupõe uma escolha consciente planificada de motivos e metas para a produção, não com o objectivo da troca de mercadorias, mas com a finalidade de uma ampla satisfação planificada das necessidades sociais (lei económica básica do modo de produção comunista).

Um problema essencial do planeamento central é o complexo tema da determinação das «necessidades sociais», especialmente nas condições internacionais, nas quais o capitalismo enforma uma concepção assaz distorcida do que são realmente necessidades sociais.

As necessidades sociais são estabelecidas na base do nível de desenvolvimento alcançado pelas forças produtivas num determinado período histórico. Estas necessidades têm de ser compreendidas no seu contexto histórico, alterando-se em relação directa com o desenvolvimento das forças produtivas. Da mesma maneira, a forma como a lei básica do comunismo é efectivada deve aumentar, com o objectivo imediato de ultrapassar as insuficiências e as disparidades que existem na cobertura das necessidades sociais.

7. Uma característica básica da primeira fase das relações comunistas é a distribuição de uma parte dos bens produzidos «segundo o trabalho». A «medição» do trabalho originou um debate teórico e político. A distribuição de uma parte da produção socialista «segundo o trabalho» (o que em termos de forma se assemelha à troca de mercadorias) é um vestígio do capitalismo. O novo modo de produção ainda não conseguiu desfazer-se dele porque não desenvolveu toda a energia necessária da produtividade humana, nem todos os meios de produção nas suas dimensões apropriadas mediante a utilização extensiva de novas tecnologias. A produtividade do trabalho ainda não permite a redução significativa do tempo de trabalho, a abolição do trabalho pesado e do trabalho desigual para que seja abolida a necessidade social do trabalho coercivo.

A distribuição planificada da força de trabalho e dos meios de produção implica a distribuição planificada do produto social. A distribuição do produto social não se pode processar através do mercado, na base de leis e categorias da troca de mercadorias.

Segundo Marx, o modo de distribuição alterar-se-á quando o modo particular do próprio organismo social de produção e o correspondente nível de desenvolvimento histórico das forças produtivas se alterar⁶ (por exemplo, na URSS, o nível de desenvolvimento das forças produtivas alcançado nos anos 50 e 60 do século XX era muito diferente do existente nos anos 30).

O marxismo define claramente *tempo de trabalho* como a medida da participação individual do trabalhador para o trabalho comum. Logo, o tempo de trabalho do trabalhador é também definido como a medida da parte a que tem direito do produto que é destinado ao consumo individual e que é distribuído na base do trabalho⁷. Outra parte (educação, saúde, etc.) já está distribuída com base nas necessidades.

«*Tempo*» enquanto medida do trabalho na produção socialista deve ser visto «apenas para um paralelo com a produção de mercadorias»⁸.

«*Tempo de trabalho*» no socialismo não é o «*tempo de trabalho socialmente necessário*» que constitui a medida do valor para a troca de mercadorias na produção de mercadorias. «*Tempo de trabalho*» é a medida da contribuição individual para o trabalho social para a produção do produto total. É sublinhado em *O Capital*: «*Na produção socializada o capital dinheiro sai de cena. A sociedade distribui a força de trabalho e os meios de produção pelos diferentes ramos de produção. Os produtores podem, caso o desejem, receber vales de papel com os quais podem retirar do stock de produtos de consumo da sociedade uma quantidade equivalente ao tempo que trabalharam. Estes vales não são dinheiro. Eles não circulam*»⁹.

O acesso à parte do produto social que é distribuída «*segundo o trabalho*» é determinado pela contribuição de trabalho individual de cada pessoa na totalidade do trabalho social, sem distinção entre complexo e simples, trabalho manual ou outro. A medida da contribuição individual é o tempo de trabalho, que o plano calcula com base nas necessidades totais de produção social, nas condições materiais do processo de produção em que o trabalho «individual» está incorporado; nas necessidades especiais de produção social para a concentração da força de trabalho em certas áreas, ramos, etc; nas necessidades sociais especiais, tais como maternidade, indivíduos com necessidades especiais, etc. na atitude pessoal de cada indivíduo para com a organização e a execução do processo produtivo. Por outras palavras, tempo de trabalho deve ser ligado a objectivos, tais como a conservação de materiais, a introdução de tecnologias mais produtivas, uma organização do trabalho mais racional, o controlo de administração e de gestão pelos trabalhadores.

O desenvolvimento planificado das forças produtivas no modo de produção comunista deve aumentar o tempo livre, o qual deverá então ser utilizado para elevar o nível educativo e cultural do povo trabalhador; para permitir a participação do trabalhador no cumprimento dos seus deveres no poder operário e na gestão da produção, etc. *O completo desenvolvimento do homem como força produtiva na construção de um novo tipo de sociedade e de relações comunistas (incluindo a atitude comunista para com o trabalho social) é uma relação com dois sentidos. Em função da fase histórica, quer um quer outro sentido terá prioridade.*

⁶ K. Marx, *O Capital*, Livro Primeiro, Tomo I, *Edições «Avante!» – Edições Progresso*, p. 94.

⁷ K. Marx, *Crítica do Programa de Gotha*, Publicações Synchroni Epochi, p. 21, 22, 23 e F. Engels, «*Anti-Duhring*», Publicações Synchroni Epochi, 2006, p. 328, 323, 330.

⁸ K. Marx, *O Capital*, Livro Primeiro, Tomo I, *Edições «Avante!» – Edições Progresso*, p. 94.

⁹ K. Marx, *Capital*, Publicações Synchroni Epochi, Vol 2, p. 357.

O desenvolvimento da planificação central e o alargamento da propriedade social a todas as áreas torna o dinheiro gradualmente supérfluo, suprimindo o seu conteúdo enquanto forma de valor

8. O produto da produção individual e cooperativa, a maior parte do qual provém da agricultura, é trocado com o produto socialista através de relações de mercadoria-dinheiro. A produção cooperativa está subordinada numa determinada extensão ao planeamento central, que determina o plano para uma parte da produção e fixa o preço do Estado.

O caminho para a resolução das diferenças entre a cidade e o campo, entre a produção industrial e a produção agrícola, passa pela integração dos produtores individuais na utilização conjunta de grandes áreas de terra, para a produção do produto social com a utilização de moderna mecanização e outros meios do progresso científico-técnico para o aumento da produtividade do trabalho, a criação de uma forte infra-estrutura para a protecção do produto contra ocorrências climatéricas, a subordinação do trabalho social para a produção de matérias-primas agrícolas e sua transformação industrial a organizações socialistas integradas. Esta orientação levará toda a produção agrícola a tornar-se parte da produção socializada.

C. Socialismo na URSS – Causas da vitória da contra-revolução

9. Estudamos a experiência da URSS porque ela constituiu a vanguarda da construção socialista. É necessário o ulterior estudo da trajectória do socialismo nos restantes Estados europeus, bem como o desenvolvimento do poder socialista nos países asiáticos (China, Vietname, RDP da Coreia)

O carácter socialista da URSS assentava no seguinte: a abolição das relações capitalistas de produção, a existência da propriedade socialista à qual (apesar de várias contradições) a propriedade cooperativa estava subordinada, o planeamento central, o poder operário e as realizações sem precedentes em benefício de todo o povo trabalhador.

Isto não pode ser negado pelo facto de, depois de um certo período, o Partido ter perdido gradualmente as suas características revolucionárias, em resultado do que as forças contra-revolucionárias foram capazes de controlar o Partido e o governo nos anos 80 do século XX.

Nós caracterizamos os desenvolvimentos de 1989-1991 como uma vitória da contra-revolução, uma derrota da construção socialista e um retrocesso social. Não é acidental que estes desenvolvimentos tenham sido apoiados pela reacção internacional, que a construção do socialismo, em particular durante o período de abolição das relações capitalistas e a edificação do socialismo até à II Guerra Mundial, tenha sido alvo do fogo ideológico e político do imperialismo internacional.

Nós rejeitamos o termo «colapso» porque subestima o alcance da actividade contra-revolucionária, a base social sobre a qual se pode propagar e prevalecer devido às fraquezas e desvios do factor subjectivo durante a construção do socialismo.

A vitória da contra-revolução em 1989-1991 não demonstrou a inexistência de um nível mínimo de desenvolvimento das premissas materiais necessárias para iniciar a construção socialista na Rússia.

Marx sublinhava que a humanidade só coloca a si própria os problemas que pode resolver, porque o problema em si só surge quando as condições materiais para a sua resolução estão criadas. Desde o momento em que a classe operária, a principal força produtiva, empreendeu a luta para levar a cabo a sua missão histórica, e aliás se lançou na revolução, as forças produtivas atingiram o nível de conflito com as relações de produção, com o modo de produção capitalista, por outras palavras, surgiram as premissas materiais para o socialismo, a partir das quais se criam as condições revolucionárias.

De acordo com os dados estatísticas daquele período, as relações de produção capitalistas na sua fase monopolista eram dominantes na Rússia. Foi esta a base material de que o poder revolucionário dependia para a socialização dos principais meios de produção¹⁰.

A classe operária da Rússia, em particular o seu segmento industrial, criou os sovietes como núcleo organizativo para a acção revolucionária na luta pela conquista do poder, sob a condução do Partido Comunista (bolchevique). O Partido Bolchevique, sob a liderança de Lênine, estava teoricamente preparado para a revolução socialista: análise da sociedade russa, teoria do elo fraco da cadeia imperialista, avaliação de uma situação revolucionária, teoria da ditadura do proletariado. Demonstrou uma capacidade característica em prover a sua estratégia – em cada fase do desenvolvimento da luta de classes – com as correspondentes tácticas: alianças, palavras de ordem, formas de luta, etc.

No entanto, o socialismo enfrentou dificuldades específicas adicionais, devido ao facto de a construção do socialismo ter começado num país com um baixo nível de desenvolvimento das forças produtivas (médio-fraco, como V.I. Lênine o caracterizava), comparado com os países capitalistas avançados¹¹ e um elevado grau de desigualdade territorial do desenvolvimento devido à ampla manutenção de relações pré-capitalistas.

A construção do socialismo iniciou-se num contexto de devastação provocada pela I Guerra Mundial e no meio de uma guerra civil. Depois enfrentou a imensa destruição da II Guerra Mundial, enquanto as potências capitalistas, como os EUA, nunca conheceram a guerra no interior das suas fronteiras. Pelo contrário, utilizaram a guerra para ultrapassar a grande crise económica de 1929-1933.

O gigantesco desenvolvimento económico e social alcançado nestas condições demonstrou a superioridade das relações de produção comunistas.

Os desenvolvimentos não confirmaram as análises de várias correntes oportunistas e burguesas. As teses sociais-democratas sobre a imaturidade da revolução socialista na Rússia não se confirmaram. As posições trotskistas sobre a impossibilidade de construir o socialismo na URSS foram refutadas. A tese de que a sociedade que emergiu após a Revolução de Outubro não era socialista na sua natureza ou que rapidamente degenerou nos primeiros dias de existência e que, portanto, a interrupção dos 70 anos de curso da história da URSS era inevitável, é subjectiva e não se apoia em factos.

Opomo-nos a teorias que declaram que estas sociedades eram uma qualquer espécie de «*novo sistema explorador*» ou uma forma de «*capitalismo de Estado*», como várias correntes oportunistas proclamam.

¹⁰ Na véspera da I Guerra Mundial existia na Rússia um importante crescimento e concentração da classe operária para a época: calcula-se que existissem 15 milhões de trabalhadores, dos quais 4 milhões eram operários da indústria e dos caminhos-de-ferro. Além disso, calcula-se que 56,6% dos operários industriais estavam concentrados em grandes empresas com mais de 500 trabalhadores. A Rússia era o quinto país do mundo e o quarto da Europa em termos da sua participação na produção industrial internacional. É evidente que o crescimento da produção industrial tinha começado no final da primeira década do século XX. Os ramos dos meios de produção aumentaram a sua produção em 83% no período de 1909-1913 (a conjunto da produção aumentou em média 13%). No entanto, a grande produção capitalista estava concentrada em seis áreas: Central, Noroeste (S. Petersburgo), Báltico, Sul, Polónia e Urais, que contavam com 79% dos operários industriais e 75% da produção industrial. As profundas desigualdades que caracterizavam a economia do Império Russo na véspera da I Guerra mundial estão registadas nos dados estatísticos dessa época, apesar dos seus vários erros. A classe operária representava perto de 20% do total da população (dependendo da fonte varia entre 17%-19,5%). Os pequenos comerciantes, produtores e camponeses constituíam 66,7% e as classes exploradoras 16,3%, não incluindo os 12,3% de kulaques.

Economia Política, Academia de Ciências da URSS, *Publicações Cypraiou*, 1960, p. 542 e *Grande Enciclopédia Soviética*, Vol. 31, p.183-185.

¹¹ Em 1913 o PIB *per capita* da Rússia era 11,5% do dos EUA. Aproximadamente dois terços da população eram analfabetos.

Além disso, *os desenvolvimentos não validam a posição generalizada das tendências «maoistas» relativamente à construção do socialismo na URSS, a caracterização da URSS como social-imperialista, a aproximação aos EUA, bem como as suas inconsistências em matéria de construção do socialismo na China (ex. o reconhecimento da burguesia nacional como uma aliada na construção do socialismo).*

As nossas próprias análises críticas consideram como ponto assente a defesa da construção do socialismo na URSS e noutros países.

10. No estudo da contra-revolução na URSS damos preponderância aos factores internos (sem ignorar a influência de factores externos), porque a derrota contra-revolucionária não resultou duma intervenção militar imperialista, mas antes a partir de dentro e a partir do topo, através das políticas do Partido Comunista.

Com base na teoria do comunismo científico desenvolvemos um estudo que abrange as seguintes linhas:

- . A economia, isto é, os desenvolvimentos nas relações de produção e de distribuição no socialismo como a base do aparecimento e resolução de contradições sociais e desigualdades.
- . A função da ditadura do proletariado e o papel do Partido Comunista na construção socialista
- . A estratégia e os desenvolvimentos no movimento comunista internacional.

11. A trajectória da construção de uma nova sociedade na União Soviética foi determinada pela capacidade do Partido Comunista Bolchevique de cumprir o seu papel revolucionário e dirigente. Em primeiro lugar, e o mais importante, a capacidade de definir e formular a estratégia revolucionária necessária em cada etapa; de enfrentar o oportunismo e fornecer uma resposta decisiva ao novo, às necessidades emergentes e aos desafios do desenvolvimento do socialismo-comunismo.

Até à II Guerra Mundial foi criada a base da nova sociedade: a produção socialista baseada no planeamento central triunfou e as relações capitalistas foram abolidas. A luta de classes para abolir os exploradores foi conduzida com sucesso; foram alcançados resultados impressionantes no que respeita ao crescimento da prosperidade social.

Depois da II Guerra Mundial, a construção do socialismo entrou numa nova fase. O Partido viu-se perante novas exigências e desafios respeitantes ao desenvolvimento do socialismo-comunismo. O XX Congresso do PCUS (1956) destacou-se como um ponto de viragem, já que nesse congresso se adoptou uma série de posições oportunistas nas questões económicas, na estratégia do movimento comunista e nas relações internacionais. A luta desencadeada antes do congresso continuou e foi então consolidada por uma viragem a favor das posições revisionistas-oportunistas¹², daí resultando que o Partido começou a

¹² Como nos relata a história do PCUS, em Junho de 1957, um ano depois do XX Congresso, houve um intenso debate no *Presidium* do CC. Os membros do *Presidium* do CC Malenkov, Káganovitch, Mólotov, opuseram-se à linha do XX Congresso quer nas políticas internas, quer nas externas: contra o aumento dos direitos das repúblicas da União no desenvolvimento económico e cultural, contra medidas restringindo os mecanismos do estado e a reorganização da administração da indústria e da construção, contra a medida de aumentar os incentivos materiais aos camponeses *kolkozianos*, contra a abolição das entregas obrigatória de produtos agrícolas por parte dos produtores individuais dos *kolkozes*. Mólotov opôs-se ao desbravamento das terras virgens. Todos os três tomaram posição contra a linha de política internacional do Partido. Finalmente, Malenkov, Káganovitch, Mólotov e Cheepílov foram destituídos dos seus cargos no CC e no *Presidium* do CC na Sessão Plenária do CC em Junho. Bulgánine foi severamente criticado. Outros membros foram punidos. Pervúkhine foi despromovido de membro efectivo para membro suplente do *Presidium* do CC. Sabúrov foi demitido de membro suplente do *Presidium*. Em Outubro de 1957 o *Presidium* e o Secretariado foram alargados com novos membros.

perder gradualmente as suas características revolucionárias. Na década de 80 do século XX, com a *perestróika*, o oportunismo assumiu-se plenamente como uma força traidora e contra-revolucionária. As forças comunistas coerentes que reagiram na fase final da traição, no XXVIII Congresso do PCUS, não actuaram de uma forma apropriada na denúncia e na organização de uma reacção da classe operária.

Análise da economia durante o curso da construção do socialismo na URSS

12. Com a elaboração do primeiro Plano do Planeamento Central, as questões adiante colocadas tornaram-se de imediato o centro do conflito teórico e da luta política em torno da economia: A produção socialista é uma produção de mercadorias? Qual é o papel da lei do valor, das relações mercadoria-dinheiro na construção do socialismo? As discussões e as polémicas foram interrompidas pela II Guerra Mundial; no entanto prosseguiram e agudizaram-se depois do fim da guerra.

Consideramos incorrecta a abordagem teórica de que a lei do valor é uma lei motora do modo comunista na sua primeira fase. Esta abordagem tornou-se dominante desde a década de 50 do século XX na URSS e na maioria dos partidos comunistas. Esta posição fortaleceu-se devido à expansão da produção mercantil não capitalista, que tinha surgido naturalmente no decurso da passagem planeada das relações de produção pré-capitalistas na agricultura para as relações mercadoria-dinheiro de produção cooperativa.

Esta base material acentuou as limitações teóricas e as debilidades do factor subjectivo na formulação e aplicação do planeamento central. Estava criada uma base teórica para políticas oportunistas que enfraqueceram o planeamento central, corroeram a propriedade social e fortaleceram as forças contra-revolucionárias.

13. No primeiro período da construção do socialismo até à II Guerra Mundial colocou-se a questão básica e primária de abolir a propriedade capitalista e de resolver de forma planificada os problemas sociais e económicos herdados do capitalismo que haviam sido agravados pelo cerco e pela intervenção do imperialismo.

De 1917 a 1940 o poder soviético alcançou conquistas em quase todos os domínios. Levou a cabo a electrificação e a industrialização da produção, a expansão das vias de comunicação e transporte, bem como a mecanização de grande parte da produção agrícola. Iniciou-se a produção planificada e atingiram-se elevadas taxas de crescimento no desenvolvimento da produção industrial socialista. A produção planificada desenvolveu com êxito as capacidades produtivas internas em todos os ramos industriais. Foram criadas as cooperativas de produção (*kolkhozes*) e as explorações do Estado (*sovkhazes*), lançando-se a base para a expansão e predomínio das relações comunistas na produção agrícola. Foi realizada a «*revolução cultural*». Iniciou-se a formação de uma nova geração de especialistas e cientistas comunistas. A mais importante conquista deste período foi a completa eliminação das relações capitalistas na produção mediante a abolição do trabalho assalariado por conta de outrem, lançando-se assim a base e a fundação para um posterior desenvolvimento do comunismo.

14. A adopção de certas «medidas transitórias» no processo de abolição das relações capitalista será inevitável num país como a Rússia nos anos de 1917 a 1921. Os factores que naquela altura forçaram o Partido Comunista (bolchevique) a aplicar uma política provisória para preservar até certos limites as relações capitalistas foram: a composição de

classe, onde o elemento pequeno-burguês agrícola era maioritário; a ausência de mecanismos de distribuição, abastecimento e monitorização da economia; o atraso e o baixo nível da produção económica; e, sobretudo, o dramático agravamento das condições de vida e de sustento das populações, devido à destruição provocada pela guerra civil e pela intervenção imperialista. Todos estes factores impediram nessa altura o desenvolvimento da planificação central a médio prazo.

A Nova Política Económica (NEP) adoptada logo a seguir à guerra civil teve como objectivo essencial recuperar a indústria das destruições da guerra e, com base nela construir relações de produção na agricultura que atraíssem os camponeses às cooperativas. A NEP instituiu igualmente concessões temporárias ao capitalismo. Algumas empresas foram entregues à exploração de capitalistas (sem que estes tivessem direitos de propriedade sobre as mesmas), o comércio foi desenvolvido e as trocas entre a agricultura e a produção industrial socializada foram regulamentadas com base no «imposto em espécie». Foi assegurada a possibilidade aos agricultores de colocarem no mercado os excedentes da produção agrícola.

Estas medidas e concessões temporárias às relações capitalistas, que são necessárias em determinadas circunstâncias e condições especiais, não são, de modo algum, características intrínsecas do processo de construção do socialismo. A NEP foi usada na década de 80 como máscara para justificar o retrocesso histórico do socialismo para o capitalismo provocado pelas políticas da *perestróika*.

15. A nova fase de desenvolvimento das forças produtivas no final da década de 20 permitiu a substituição da NEP pela política de «*ofensiva do socialismo contra o capitalismo*», que tinha como principal objectivo a abolição total das relações capitalistas. Concessões anteriormente feitas aos capitalistas foram revogadas e a política de colectivização foi desenvolvida, ou seja, a organização da economia agrícola no seu conjunto em cooperativas, sobretudo na sua forma desenvolvida, o *kolkhoz*¹³. Ao mesmo tempo, embora de forma limitada, foram desenvolvidos os *sovkhozes*, unidades estatais socialistas na produção agrícola, que asseguravam a mecanização da produção, a qual era socialmente apropriada na sua totalidade¹⁴.

O I Plano Quinquenal começou em 1928, sete anos após a vitória da Revolução (a guerra civil terminou em 1921). As dificuldades do poder soviético em formular logo desde o início um plano central para a economia socialista deveram-se sobretudo à manutenção de relações capitalistas (NEP), e ao número excepcionalmente grande de produtores individuais de mercadorias, nomeadamente pequenos e médios camponeses. As

¹³Orientação saída do 15 Congresso do Partido Comunista (bolchevique) de 1927: O Partido deu maior relevo ao aumento da produtividade nas pequenas e médias unidades e forneceu-lhes tecnologia e equipamento. A nacionalização da terra não entrou em conflito com os direitos de uso da terra dos pequenos e médios camponeses. Foram beneficiadas as pequenas propriedades e as formas de cooperação na propriedade dispersa, desde as mais simples agremiações de agricultores até aos «artéis». A atitude em relação à pequena propriedade e ao pequeno produtor foi de auxílio e não de confronto. A destruição das pequenas formas de organização da produção em favor de propriedades de maior dimensão foi rejeitada. Ao mesmo tempo, foram promovidas as vantagens dos *sovkhozes* e dos *kolkhozes*. Era também seu objectivo derrotar certos sectores dos *kulaques* no campo e, ulteriormente, fazer desaparecer a classe dos *kulaques*.

¹⁴Os *sovkhozes* eram unidades estatais agrícolas baseadas na mecanização da produção agrícola. O primeiro *sovkhoz* foi criado em 1918 em terras expropriadas a grandes latifundiários. A produção do *sovkhoz* era entregue na sua totalidade ao Estado. Os trabalhadores do *sovkhoz* recebiam o salário médio e eram considerados trabalhadores da propriedade social, no entanto, tinham direito a manter uma pequena parcela de terra, tal como todos os trabalhadores que viviam nas áreas rurais. À semelhança dos camponeses dos *kolkhozes*, também tinham direito a vender no mercado parte da produção das suas explorações. Algumas fontes estimam que existiram cerca de 21.600 *sovkhozes* empregando 12 milhões de trabalhadores (os *kolkhozes* rondavam os 26.400 envolvendo 13 milhões de camponeses). *Agrarian Economy, Novosti Publications, 1983.*

fragilidades do factor subjectivo eram igualmente visíveis. O Partido não tinha quadros especializados para dirigir a organização da produção e viu-se obrigado, durante algum tempo, a depender quase exclusivamente de especialistas burgueses.

As condições específicas (o cerco imperialista e a ameaça da guerra conjugados com um grande atraso) impuseram ritmos acelerados na realização da colectivização, o que agudizou ainda mais a luta de classes, especialmente nas zonas rurais.

Apesar dos erros e de certos excessos burocráticos no desenvolvimento do movimento de colectivização da produção agrícola – que foram, em todo o caso, assinalados nas decisões do Partido¹⁵ – a orientação do poder soviético para o reforço e alargamento do movimento estava na direcção correcta. O seu propósito era desenvolver uma forma transitória de propriedade (colectiva) que pudesse contribuir para a transformação da pequena produção mercantil individual em produção socializada.

16. A política de «*ofensiva do socialismo contra o capitalismo*» foi levada a cabo em condições de intensa luta de classes. Os *kulaques* (classe burguesa das zonas rurais), os estratos sociais que beneficiavam com a NEP (*NEPmen*), e sectores da *intelligensia* oriundos das antigas classes exploradoras resistiram de várias formas inclusive com actos de sabotagem na indústria (ex. o caso *Chakhti*¹⁶), instigando actividades contra-revolucionárias nos campos. Estes interesses de classe anti-socialistas reflectiam-se no Partido Comunista onde se desenvolveram correntes oportunistas.

As duas tendências de «oposição» (Trótski e Bukhárine), que operaram durante algum tempo em conjunto, tinham como base comum a absolutização da questão do atraso da sociedade soviética. Na década de 30 as suas visões convergiam nas soluções que preconizaram para os problemas da sociedade soviética. As suas posições foram rejeitadas pelo Partido e a realidade não as confirmou¹⁷.

Ao mesmo tempo, várias facções oportunistas uniram-se com forças abertamente contra-revolucionárias que organizavam planos para derrubar o poder soviético em cooperação com serviços secretos dos países imperialistas¹⁸.

¹⁵ Ver Resolução do CC de 15 de Março de 1930 e o artigo de Stáline, «A vertigem do sucesso», (*Jl Stalin, Complete Works*, Vol 12, p. 218-227), onde foram reconhecidos os erros que dificultaram a estabilização da aliança operário-camponesa. Estes documentos defenderam a admissão dos erros e a sua correcção em tantas áreas e circunstâncias quantas as possíveis e lá onde os erros não haviam criado situações irreversíveis devido a uma linha incorrecta e a desvios.

¹⁶ O caso *Chakhti* relacionou-se com a sabotagem realizada na indústria mineira na região do Donbass por especialistas burgueses e dirigentes da indústria incumbidos pelas autoridades soviéticas de organizar e administrar a produção. Durante o julgamento de 1928 ficou provado que estes executivos mantinham ligações com os antigos proprietários capitalistas das minas que residiam no estrangeiro. A sabotagem fazia parte de um plano global para minar a indústria socialista e as autoridades soviéticas.

¹⁷ Trótski e os seus apoiantes (mais tarde, Kámenev e Zinóviev) defendiam que a URSS não poderia construir o socialismo enquanto não eclodissem revoluções socialistas noutros países capitalistas avançados. De outra forma, o poder soviético desintegrar-se-ia. Esta posição levou Trótski, no início da revolução, a formular o ponto de vista de que a produção agrícola teria de ser submetida à indústria pela força (a «ditadura da indústria»). Mais tarde, contudo, condenou a colectivização e os esforços de industrialização como um «aventureirismo burocrático». Bukhárine, por seu turno, defendia que a construção do socialismo na URSS exigia o desenvolvimento do capitalismo nos sectores mais atrasados da economia, especialmente na produção agrícola. Neste sentido, opôs-se à realização da colectivização da agricultura, alegando que a produção agrícola apenas podia evoluir para o socialismo através de cooperativas de consumo e de abastecimento e da liberdade do mercado. Bukhárine e os seus apoiantes defendiam que os *kulaques* poderiam ser assimilados gradualmente ao socialismo, apoiando, por isso, a manutenção da NEP. Na sua essência, esta tendência expressava intrinsecamente os interesses dos *kulaques*, os *NEPmen* e as tendências pequeno-burguesas no seio da sociedade soviética. Não é por acaso que as ideias de Bukhárine foram adoptadas como políticas da *perestróika* em 1988.

¹⁸ Isto foi documentalmente confirmado com a descoberta de centros contra-revolucionários em meados dos anos 30. Apesar de alguns excessos nas medidas tomadas para combater esses centros, os julgamentos de 1936 e 1937 revelaram a existência de uma cooperação entre esses centros, sectores do exército (o

O facto de alguns quadros dirigentes do Partido e do poder soviético se terem tornado líderes de correntes oportunistas mostra que até quadros de vanguarda se podem desviar e ceder perante a agudização da luta de classes, chegando mesmo a cortar laços com o movimento comunista e alinhar com forças contra-revolucionárias.

17. No seio dos quadros e dos economistas desenvolveram-se duas correntes principais sobre a teoria e as políticas do Partido. A corrente marxista, sob a liderança de Stáline, reconheceu que a lei do valor era inconsistente com as leis básicas de direcção da produção socialista, a qual não é obviamente uma produção mercantil. Como pressupostos defendia: a função da lei do valor (das relações monetário-mercantis) na URSS tinha as suas raízes na produção agrícola cooperativa e individual. A lei do valor não regula a produção e a distribuição socialistas. Os produtos de consumo são produzidos e consumidos como mercadorias¹⁹. Os meios de produção não são mercadorias embora tenham a aparência de mercadorias «*na forma mas não no conteúdo*». Apenas no comércio externo se tornam mercadorias²⁰.

Levantaram-se polémicas contra os economistas de «mercado» e líderes políticos que acreditavam que os produtos da produção socialista constituem mercadorias quer sejam destinados ao consumo individual, quer ao processo produtivo, e argumentavam que a lei do valor é igualmente uma lei geral da economia socialista. Neste debate, é significativa a rejeição das posições de Voznessénski (presidente do GOSPLAN)²¹, no sentido de que «*a lei do valor não funciona apenas para a alocação de mercadorias, mas também para a alocação do trabalho entre os vários ramos da economia nacional da URSS. Neste âmbito, o plano central do Estado utiliza a lei do valor para garantir a correcta distribuição do trabalho social entre os diferentes ramos da economia no interesse do socialismo*»²².

Ao mesmo tempo, foi feita a devida crítica aos economistas que defendiam a completa abolição da forma monetária, sem terem em conta as limitações objectivas impostas pela base produtiva da sociedade da época.

Na sua obra, *Problemas Económicos do Socialismo na URSS*,²³ I.V. Stáline refere-se, de forma bastante correcta, ao facto de que, sob o socialismo, também se manifesta a

caso Tukhatchévski, que foi reabilitado após o XX Congresso do PCUS), e os serviços secretos da Alemanha, Grã-Bretanha, França, etc. Para além disso, fontes dos Estados capitalistas confirmaram a existência de tais planos e a participação neles de um alto quadro dirigente como Bukhárine. Um testemunho característico são os relatos de Joseph Davis (na altura embaixador dos EUA em Moscovo) sobre o julgamento de Bukhárine, a que assistiu do início ao fim. Em Março de 1938, Davis enviou um memorando secreto ao secretário de Estado norte-americano em Washington onde afirmava: «Apesar de por princípio ser contra qualquer prova obtida por confissão num sistema judicial que, na minha opinião, não oferece qualquer protecção ao acusado, observei diariamente as testemunhas e a forma como depuseram e constatei que ficaram provados os factos descobertos juntamente com outros factos e acontecimentos que marcaram o julgamento. Concordo, tal como aqueles para quem o julgamento pode ser considerado aceitável, que, no que diz respeito aos acusados, estes cometeram um número considerável de crimes à luz da lei soviética, crimes que foram provados com clara evidência e sem qualquer possibilidade de dúvida, e que o veredicto que os declara culpados de traição é justificável, bem como a decisão que os condena à sentença prevista no código penal soviético. Há o sentimento comum entre os diplomatas presentes no julgamento de que a existência de uma conspiração realmente grave ficou provada».

Fonte: Joseph Davis, *Mission a Moscou*, Del-Arbre Publications, Montreal, 1944. L. Martens, *Another Look at Stalin*, Synchroni Epochi Publications, p. 241.

¹⁹ I.V. Stáline, *Problemas Económicos do Socialismo na URSS*, Synchroni Epochi Publications, 1988, p. 44.

²⁰ *Ibid*, p. 77-78.

²¹ GOSPLAN: Comité Estatal de Planeamento, órgão estatal do planeamento central na URSS.

²² N.A. Voznessenski, *A Guerra, A Economia da URSS Durante o Período da Guerra Patriótica*, Moscovo, 1947, p. 118.

²³ I.V. Stáline, *Problemas Económicos do Socialismo na URSS*, Synchroni Epochi Publications, 1988.

contradição entre as forças produtivas em desenvolvimento e as relações de produção, que se atrasam. Segundo assinalou, na URSS, a propriedade cooperativa agrícola (*kolkhoz*) e a circulação de mercadorias para consumo individual tinham começado a actuar como travão a um forte desenvolvimento das forças produtivas, na medida em que bloqueavam o completo desenvolvimento e em toda a extensão do planeamento central de alocação e produção. Stáline sublinhou as diferenças entre as duas classes aliadas, a classe operária e o campesinato-*kolkhoziano*, e a necessidade de as eliminar com vista à abolição planificada da mercantilização na produção agrícola²⁴.

Esta corrente liderada por Stáline defendeu a aceleração da socialização da produção agrícola através da fusão de pequenos *kolkhozes* em unidades de maior dimensão²⁵ e a transformação gradual do *kolkhoz* em *sovkhos*, tendo como primeira etapa a distribuição de toda a produção agrícola através do Estado.

Relativamente à questão do conflito entre o sector I da produção social (produção de meios de produção) e o sector II (produção de bens de consumo), esta corrente defendeu correctamente que o principal critério para a alocação planificada e proporcional de trabalho e da produção entre os vários ramos da indústria socialista deveria ser o desenvolvimento prioritário do sector I. A reprodução alargada, a acumulação socialista de riqueza social necessária para a futura expansão da prosperidade social dependem do sector I da produção social.

O ponto fraco da corrente revolucionária é a sua interpretação incompleta das relações de alocação relativamente à parte do produto social que é distribuída proporcionalmente ao trabalho realizado.

18. A seguir à II Guerra Mundial os debates acerca da economia prosseguiram e agudizaram-se, surgindo conflitos em torno da interpretação de certos problemas²⁶.

²⁴ «Sem dúvida que com a abolição do capitalismo e do sistema explorador no nosso país e com a consolidação do sistema socialista, o antagonismo de interesses entre a cidade e o campo, entre a indústria e agricultura, tendem igualmente a desaparecer (...) E é isso que tem acontecido (...) Evidentemente, o operariado e o campesinato-*kolkhoziano* representam duas classes que diferem uma da outra no seu estatuto. Mas esta diferença não enfraquece de modo algum a sua amizade mútua. Pelo contrário, os seus interesses partilham uma linha comum, a do fortalecimento do sistema socialista e da luta pela vitória do comunismo (...) Vejam, por exemplo, a distinção entre agricultura e indústria. No nosso país, isso consiste não apenas no facto de que as condições de trabalho na agricultura diferem das existentes na indústria, mas, principalmente e sobretudo, no facto de que enquanto na indústria temos a propriedade estatal dos meios de produção e do produto industrial, na agricultura a propriedade não é estatal, mas colectiva, *kolkhoziana*. Já se disse que este facto conduz à preservação da circulação de mercadorias e que apenas quando esta distinção entre a indústria e a agricultura desaparecer, poderá igualmente desaparecer a produção mercantil, com todas as suas consequências. Assim, não se poderá negar mais que o desaparecimento desta distinção entre a agricultura e a indústria deve tornar-se num assunto de primordial importância para nós».

I.V. Stáline, *Problemas Económicos do Socialismo na URSS*, *Synchroni Epochi Publications*, 1988, p. 50-52.

²⁵ Existiam muitos pequenos *kolkhozes* com 10 a 30 explorações em pequenas parcelas de terra, onde os meios tecnológicos não eram utilizados adequadamente e os custos de produção eram muito elevados.

²⁶ Apesar dos êxitos alcançados na conclusão do IV Plano Quinquenal (1945-1950), a direcção do PCUS identificou os seguintes problemas naquele período: baixas taxas de introdução de novas descobertas científicas e de tecnologia numa série de ramos da produção industrial e agrícola; fábricas com equipamento técnico antiquado e baixa produtividade, produção de máquinas-ferramentas e de maquinaria de tecnologia obsoleta; fenómenos de desaceleração, rotina e inércia na gestão industrial, indiferença relativamente à introdução de inovações técnicas enquanto estímulo permanente do desenvolvimento das forças produtivas; atraso no restabelecimento da produção agrícola (baixa produtividade por hectare nas culturas de trigo, baixa produtividade na pecuária), cujo volume total não atingira ainda os níveis anteriores à guerra, resultando na falta de carne, leite, manteiga, frutas e vegetais que afectavam o objectivo geral de elevar a prosperidade social.

Fonte: G. Malenkov, «Relatório do CC do PCU (b) ao XIX Congresso», edição *CC do KKE*, p 48-64.

Consideramos que as posições tomadas pela direcção soviética no início da década de 50 eram correctas, isto é, os problemas no nível económico eram uma expressão da agudização das contradições entre as forças produtivas em desenvolvimento e as relações de produção que estavam atrasadas. O desenvolvimento das forças produtivas havia atingido um novo nível depois da reconstrução da economia no pós-guerra. *Um novo estímulo dinâmico ao desenvolvimento ulterior das forças produtivas exigia o aprofundamento e alargamento das relações comunistas. A superação do atraso destas implicava: a planificação central, o aprofundamento do carácter comunista das relações de alocação, a participação operária mais enérgica e consciente na organização do trabalho e no controlo administrativo a partir da base, a transformação das relações cooperativas de propriedade (junto das quais ia sobrevivendo a propriedade privada de mercadorias) em propriedade social.*

De forma consciente e planificada, isto é, do ponto de vista político e teórico, tinha amadurecido a necessidade de alargar as relações comunistas e torná-las predominantes nas esferas da produção social onde, no período anterior, não fora possível alcançar o seu domínio total (do ponto de vista da sua maturidade material, da produtividade do trabalho).

A resistência social a este avanço (por parte do campesinato-*kolkhoziano* e de gestores da indústria) expressou-se, no plano político e ideológico, num conflito partidário interno. *Do intenso debate travado resultou a aceitação teórica da lei do valor como lei do socialismo, o que ditou opções políticas com consequências imediatas de muito maior impacto no curso do desenvolvimento do socialismo do que as tomadas antes da II Guerra Mundial, altura em que o atraso material atenuava os efeitos dessas posições teóricas.*

Depois do XX Congresso do PCUS foram gradualmente adoptadas as decisões políticas no sentido de ampliar as relações monetário-mercantis (potencialmente capitalistas), sob o pretexto de corrigir as debilidades da planificação central e da administração das unidades socialistas (as empresas).

Em nome da resolução dos problemas surgidos na economia, recorreu-se a vias e meios que pertenciam ao passado. Ao invés de se reforçar a propriedade social, a planificação central, a homogeneização da classe trabalhadora (com o alargamento das capacidades e possibilidades de multi-especialização como forma de alternar na divisão técnica do trabalho), o controlo operário e a sua participação na organização do trabalho, para que se começasse a caminhar para a autogestão comunista –, promoveram-se políticas de «mercado», iniciando-se uma inversão de marcha, que teve, evidentemente, o seu correspondente efeito ao nível da consciência social. A experiência anterior e a eficácia dos soviets de fábrica, o movimento *stakhanovista* no controlo da qualidade, as formas mais eficientes de organização e administração, as astutas invenções para a conservação do material e aproveitamento do tempo de trabalho não foram utilizadas.

Os economistas de mercado (Lieberman, Nemtsinov, Trapeznikov, etc.) interpretaram erroneamente os problemas existentes na economia, não como uma insuficiência subjectiva do planeamento²⁷, mas como consequências resultantes de uma pretensa incapacidade objectiva da planificação central para responder ao aumento do volume da produção, às suas novas possibilidades, e ao desenvolvimento diversificado das necessidades.

Esses economistas alegaram que a causa estava na negação voluntarista do carácter mercantil da produção económica sob o socialismo, na secundarização do desenvolvimento da agricultura e na sobrestimação das possibilidades da intervenção subjectiva na administração económica. Sustentavam que não era possível aos órgãos centrais determinar a qualidade, a tecnologia, os preços das mercadorias e os salários e que a utilização de mecanismos de mercado era necessária para facilitar o alcance dos objectivos de uma economia planificada. Argumentaram que os problemas de adaptação do volume e

²⁷ Atraso no desenvolvimento de um mecanismo capaz de reflectir na planificação central os reais rácios entre ramos e sectores da economia.

da estrutura da produção às necessidades de consumo e as questões da racionalização dos vários ramos da economia só poderiam ser resolvidos através da procura do mercado e mediante preços determinados com base na lei do valor.

Gradualmente, no plano teórico, foram prevalecendo as teorias da «produção socialista de mercadorias» ou do «socialismo de mercado», a aceitação de que a lei do valor era a lei do modo de produção comunista, que actuava mesmo na fase da construção do socialismo desenvolvido. Estas teorias constituíram a base para a definição das políticas económicas²⁸.

19. O enfraquecimento político da planificação central e da propriedade social atingiu o clímax depois do XX Congresso do PCUS. Em 1958, em vez de se planificar a transformação dos *kolkhozes* em *sovkhozes*, transferiu-se a propriedade das alfaías e maquinaria agrícola²⁹ para os *kolkhozes*³⁰, precisamente quando a produção destes equipamentos se tinha desenvolvido adequadamente e a cada *Kolkhoz* já correspondiam cerca de dez tractores. Na prática, foi revista a política definida no início dos anos 50 que visava a transformação dos *kolkhozes*, por iniciativa dos comunistas e com larga participação dos *kolkhozianos*, em grandes unidades agrícolas. Em 1957, os ministérios que dirigiam a produção industrial na URSS e em cada república foram dissolvidos e em sua substituição foram criados os *sovnarkhozes*, enquanto órgãos da administração regional. Desta forma enfraqueceu-se a planificação central³¹.

Estas alterações não se traduziram no preconizado incremento da produtividade. Pelo contrário, trouxeram novos problemas à superfície, nomeadamente insuficiência de rações animais ou o abandono da renovação tecnológica nos *kolkhozes*. Em meados dos anos 60, os erros de natureza subjectiva na direcção política do sector agrícola da economia foram apontados como a causa do problema³².

As reformas subsequentes incluíram: a redução das quantidades entregues ao Estado pelos *kolkhozes*³³, a par da possibilidade de venderem uma parte dos excedentes a preços mais elevados. Foram atenuadas as restrições às trocas entre diferentes explorações dos *kolkhozes* e foram abolidos os impostos sobre a propriedade privada de animais. As dívidas dos *kolkhozes* aos bancos estatais foram eliminadas, alargaram-se os prazos para a liquidação de dívidas em espécie monetária e permitiu-se a venda de rações animais a proprietários privados de gado.

²⁸É importante notar como as forças burguesas caracterizaram as reformas de 1965:

1. A economia burguesa caracterizou-as como um retorno ao capitalismo (material publicado no *Economist* e no *Financial Times*).

2. Essas reformas tiveram o apoio dos economistas burgueses ocidentais da escola keynesiana e da social-democracia, que as caracterizaram como um melhoramento na planificação e na luta contra a burocracia.

²⁹Os tractores e outra maquinaria eram até então propriedade do Estado. Estavam concentrados em estações (estações de máquinas-tractores – *MTS*) cujo funcionamento era assegurado por operários.

³⁰O plenário do CC do PCUS de Fevereiro de 1958 decidiu a dissolução das *MTS* e a venda do seu equipamento técnico aos *kolkhozes*. Esta política teve, entre outros, como resultado uma grande expansão da propriedade dos *kolkhozes* à custa da propriedade social.

³¹Os *Sovnarkozes* foram abolidos em 1965, quando se restabeleceram os diferentes ministérios por sector.

³²Plenário do CC do PCUS de Março de 1965, relatório de L. Bréjnev sobre «Medidas urgentes para o desenvolvimento ulterior da agricultura na URSS».

³³Na URSS, até 1959, as várias formas de aquisição dos produtos agrícolas aos *kolkhozes* limitavam os elementos de mercado ou condicionavam-nos na sua forma, mas não no conteúdo: as aquisições obrigatórias a preços baixos, que funcionavam como impostos, os contratos, isto é, a venda de produtos pelos *kolkhozes* com base em contratos com organizações de abastecimento, o pagamento em espécie do trabalho das *MTS*, a venda de produtos ao Estado, para além dos aprovisionamentos obrigatórios, a preços ligeiramente superiores. O sistema de aprovisionamentos do Estado foi instituído em 1932-33. Os contratos surgiram mais cedo e foram alargados para garantir o abastecimento de culturas técnicas.

Assim, a produção agrícola proveniente de pequenas propriedades individuais e dos kolkhozes passou a ser vendida livremente no mercado³⁴, o que acentuou o atraso da produção pecuária, aumentou os desequilíbrios na satisfação das necessidades de produtos agrícolas entre as várias regiões e repúblicas da URSS.

Uma política similar de reforço do carácter comercial (à custa do carácter social) ficou conhecida como as «*reformas de Kossiguine*»³⁵, aplicadas na indústria («um sistema de autogestão das empresas com carácter substantivo e não formal). Alegou-se que esta medida iria travar a queda das taxas anuais de crescimento da produtividade laboral e da produção registada no início da década de 60, como consequência das medidas que minaram a planificação central em vários sectores da indústria (*Sovnarkhozes* – 1957).

A primeira vaga de reformas foi lançada no período entre os XXIII (1966) e XXIV (1971) congressos do PCUS. Segundo o novo sistema, os bónus adicionais dos directores de empresa passaram a ser calculados não com base no cumprimento e superação dos objectivos em termos de volume de produção³⁶, mas com base no valor (determinado pelas vendas directas). Os prémios dos directores passaram a ser determinados em função dos lucros.

Uma parte dos complementos salariais dos trabalhadores passou também a depender destes lucros, assim como os meios para a satisfação de necessidades de habitação, etc. Desta forma, o lucro foi adoptado como motivação da produção. A diferenciação salarial também aumentou.

As empresas foram autorizadas a efectuar transacções comerciais e monetárias entre si, bem como a estabelecer acordos directos com «unidades de consumo e organizações comerciais», a fixar preços, a aumentar os lucros através destes acordos, etc.

O Plano Central passaria a determinar apenas o nível total da produção e dos investimentos. A modernização da maquinaria obsoleta seria financiada sem recurso aos lucros das empresas.

Este recuo teórico, e o correspondente recuo político da URSS, verificou-se numa nova fase de desenvolvimento das forças produtivas que exigia incentivos e indicadores mais eficazes dos níveis de execução da planificação central no plano sectorial, inter-sectorial e nas empresas. Estas reformas de mercado desvincularam as unidades de produção socialista da planificação central e enfraqueceram o carácter socialista dos meios de produção, propiciando violações ao princípio da distribuição dos bens e recursos «segundo o trabalho».

³⁴ Em 1970, os produtores individuais na URSS produziam 38% dos vegetais, 35% da carne e 53% dos ovos. Em conjunto, os produtores individuais eram responsáveis por 12% de todos os produtos agrícolas vendidos no mercado (14% da produção de gado, 8% da produção agrícola não pecuária). Os camponeses individuais produziam 41% das batatas, 13% dos vegetais, 17% da carne, 9% dos ovos, 6% do leite, 15% da madeira, os quais eram vendidos como mercadorias.

Economia Política, Departamento de Economia da Universidade de Lomonósov, Moscovo. Gutenberg. Atenas 1984. Volume 4. p. 319

³⁵ Sessão do CC sobre questões «Para o aperfeiçoamento da direcção e gestão da indústria, da planificação e para o reforço da condução económica da produção industrial». As reformas de Kossiguine tiveram o seu auge nos anos 70.

³⁶ Na indústria, as reformas foram aplicadas a título experimental em 1962, em duas empresas de vestuário, segundo o sistema de gestão proposto pelo professor Liebermann (conhecido como o sistema Charkov). Liebermann alegava que o cálculo dos bónus dos directores proporcionalmente à percentagem de superação do Plano introduzia uma contradição entre os interesses dos directores e os interesses do Estado soviético no seu conjunto. Isto porque os directores dissimulavam a capacidade produtiva real das empresas, acumulavam *stocks* de matérias-primas e bens e não revelavam interesse em descontinuar a produção de «bens inúteis». Bloqueavam a introdução de novas tecnologias para que as «normas» não fossem alteradas, isto é, os índices da produção social, com base nos quais era verificado o cumprimento dos planos. Desta forma, por exemplo, produziam papel grosso e não papel fino porque os índices de produção eram medidos em peso. Liebermann fez algumas observações correctas, mas propôs políticas erradas. Comunistas e trabalhadores foram assim persuadidos da necessidade daquelas medidas.

Entretanto, foram rejeitados projectos e propostas para a utilização de computadores e de tecnologias da informação³⁷, que poderiam ter contribuído para o aperfeiçoamento do processamento estatístico para a monitorização e controlo da produção através de indicadores reais.

No XXIV Congresso do PCUS (1971), as directivas para o IX Plano Quinquenal (1971-1975) inverterem a prioridade da quota-parte do Sector I (produção de meios de produção) em favor do Sector II (produção de bens de consumo). Esta inversão já tinha sido proposta no XX Congresso mas foi então rejeitada. A alteração foi justificada com a necessidade de reforçar o nível de consumo popular. Na realidade, tal opção violava as leis do socialismo e teve consequências negativas no aumento da produtividade do trabalho. O desenvolvimento da produtividade do trabalho – elemento fundamental para o aumento do bem-estar social, para a satisfação das necessidades e para o desenvolvimento multilateral do ser humano – pressupõe o desenvolvimento dos meios de produção. O Planeamento poderia ter respondido a esta necessidade com uma grande eficácia, introduzindo novas tecnologias na indústria, nos serviços de transporte, armazenamento e distribuição de produtos.

A opção de inverter a quota prioritária não só não ajudou a resolver contradições (por exemplo, a acumulação de dinheiro e a insuficiência de bens de consumo, designadamente de electrodomésticos ou televisores a cores), como aumentou ainda mais o distanciamento da planificação central do seu objectivo fundamental (o aumento da prosperidade social). A contradição entre o nível de desenvolvimento das forças produtivas e as relações comunistas de produção e distribuição agudizou-se daqui em diante.

O período em que Andrópov foi secretário-geral do PCUS (entre Novembro de 1982 e Fevereiro de 1984), que precedeu a *perestróika*, é muito curto para ser julgado de forma definitiva. Não obstante, em artigos e documentos do PCUS publicados neste período refere-se a necessidade de intensificar a luta contra visões burguesas e reformistas relativamente à construção do socialismo e de reforçar a vigilância contra a sabotagem do imperialismo.

Nos anos 80, no plano político, as decisões do XXVII Congresso (1986) representaram a continuação da opção oportunista. Subsequentemente, a contra-revolução foi também promovida através da aprovação da lei que legitimou institucionalmente as relações económicas capitalistas (1987), sob o disfarce da admissão de várias formas de propriedade.

No início dos anos 90, a perspectiva social-democrata de uma «economia planificada de mercado» (plataforma do CC do PCUS no XXVIII congresso) foi rapidamente abandonada em favor da posição que propugnava uma «economia do mercado regulado», a qual foi depois substituída pela «economia de mercado livre».

20. A direcção que prevaleceu pode ser hoje julgada não apenas teoricamente, mas também pelos seus resultados. Depois de duas décadas de aplicação destas reformas, os problemas agravaram-se claramente. A estagnação surgiu pela primeira vez na história da construção do socialismo. O atraso tecnológico continuou a ser uma realidade na maioria das indústrias. A penúria que se fez sentir em muitos produtos de consumo bem como outros problemas no mercado surgiram porque as empresas provocaram um aumento artificial dos preços, mantendo os produtos armazenados ou distribuindo-os em quantidades controladas e racionadas.

A introdução crescente de elementos de mercado directamente na produção social do socialismo enfraqueceu-o, quebrou o dinamismo do seu desenvolvimento, fortalecendo os interesses imediatos, individualistas e sectoriais (de grupos de trabalhadores nas diferentes indústrias e nas estruturas de gestão) contra os interesses gerais da sociedade.

³⁷ Ver os artigos de V.M. Gluchkov, publicados em *KOMEF* (revista comunista), 1/2005, e N.D. Pikhórovich in *KOMEF*, 3/2005

Com o tempo, foram criadas condições sociais para que a contra-revolução florescesse e, finalmente, prevalecesse, servindo-se da *perestróika* como veículo.

Através destas reformas abriram-se possibilidades de investimento no mercado negro ou na produção paralela (isto é, ilegal) dos montantes financeiros anteriormente acumulados por meios ilegais (contrabando). Estas oportunidades foram sobretudo aproveitadas pelos dirigentes superiores das estruturas de gestão das indústrias, especialmente as que estavam ligadas ao comércio externo. As estatísticas relativas à chamada «segunda economia» foram fornecidas pelo Procurador-geral da URSS. De acordo com estes dados uma parte significativa da produção agrícola e cooperativa era distribuída aos consumidores de forma ilegal.

A diferenciação de rendimentos entre os produtores agrícolas individuais, os *kolkhozianos*, acentuou-se a par da oposição ao reforço do carácter social da produção agrícola. Os produtores agrícolas que estavam a enriquecer tornaram-se numa camada da sociedade que constituía um obstáculo à construção do socialismo.

Mais acentuada era a diferenciação social na indústria devido à concentração do «nível industrial de lucro». O chamado «capital sombra», que era o resultado não apenas do nível industrial de lucro, mas também do mercado negro e de actividades criminosas de desfalque da produção social, procurou obter uma posição legal como capital dentro da própria produção, isto é, através da privatização dos meios de produção e do restabelecimento do capitalismo. Os «donos» deste capital constituíram a força motriz social da contra-revolução. Serviram-se da sua posição no Estado e no aparelho do Partido, do apoio de sectores da população vacilantes e vulneráveis à influência da ideologia burguesa, por exemplo, uma parte significativa da *inteligensia*, camadas da juventude, especialmente estudantes, que por diferentes razões estavam descontentes³⁸. Essas forças influenciaram directa e indirectamente o Partido, reforçando a erosão oportunista e degeneração contra-revolucionária, que se expressaram através das políticas da «*perestróika*» com vista à consolidação institucional das relações capitalistas. Isso foi conseguido após a *perestróika*, com a derrota do socialismo.

Conclusões sobre o papel do Partido Comunista no processo de construção do socialismo

21. O papel indispensável do Partido no processo de construção do socialismo consiste na sua liderança do poder de Estado da classe operária e na mobilização das massas para participar neste processo.

A classe operária constitui a força dirigente deste novo poder de Estado, em primeiro lugar e antes de mais nada, através do seu Partido.

A luta pelo desenvolvimento da nova sociedade é conduzida pelo poder político revolucionário da classe operária com o Partido Comunista, que utiliza as leis motrizes da sociedade socialista-comunista enquanto seu núcleo dirigente. O ser humano, assenhorando-se dos processos sociais, passa gradualmente do reino da necessidade para o reino da liberdade. Decorre daqui o maior papel do factor subjectivo relativamente a todas as formações socioeconómicas anteriores, onde a actividade humana era dominada pela acção espontânea das leis sociais, baseadas no desenvolvimento espontâneo das relações de produção.

Consequentemente, a natureza científica de classe das políticas do Partido Comunista é uma condição prévia crucial para a construção do socialismo. Na medida em que estas

³⁸ Ver documentos da Conferência Pan-Helénica do KKE (1995) «Reflexões sobre os factores que determinaram a derrota do sistema socialista na Europa. A necessidade e importância do socialismo», págs. 23-24.

características se perdem, o oportunismo instala-se e, se não for combatido a tempo, tornar-se-á uma força contra-revolucionária.

O dever de desenvolver as relações de produção comunistas exige o desenvolvimento da teoria do comunismo científico mediante o estudo científico pelo Partido Comunista com propósitos de classe das leis motrizes da formação socioeconómica comunista. A experiência mostrou que os partidos governantes, na URSS e noutros países socialistas, não cumpriram satisfatoriamente estas tarefas.

A consciência de classe em todo o operariado não se desenvolve espontaneamente de modo uniforme. O crescimento da consciência comunista das massas é determinado acima de tudo pelo reforço das relações comunistas de produção e pelo nível de participação da classe trabalhadora, sob a direcção do Partido Comunista, que constitui o principal veículo para a difusão da consciência revolucionária no seio das massas. Juntamente com esta base material, o trabalho ideológico deve enraizar-se, o impacto do Partido revolucionário consolidará o seu papel de direcção na medida em que mobilizar a classe trabalhadora para a construção do socialismo.

A consciência de vanguarda deve estar sempre na dianteira da consciência de massas da classe operária, a qual é moldada pelas relações económicas. Daqui decorre a necessidade de o Partido possuir um elevado nível teórico e robustez ideológica, para ser firme na luta contra o oportunismo, não só nas condições do capitalismo, mas mais ainda nas condições de construção do socialismo.

22. A viragem oportunista que dominou nos anos 50, a seguir à II Guerra Mundial, e a perda gradual do papel revolucionário do Partido confirmam que o perigo de ocorrerem desvios na construção de uma sociedade socialista nunca desaparece. Para além do cerco imperialista e do seu impacto inequivocamente negativo, a base social do oportunismo mantém-se enquanto subsistirem formas de propriedade privada e de grupo, enquanto subsistirem relações financeiras-mercantis, bem como diferenciações sociais. A base material do oportunismo manter-se-á durante toda a fase de construção do socialismo, enquanto o capitalismo e os Estados capitalistas mais poderosos persistirem na Terra.

Na nova fase depois da II Guerra Mundial, o Partido encontrava-se enfraquecido ideologicamente e em termos de classe, tendo sofrido perdas massivas de quadros experientes e temperados na luta de classes e acusando debilidades teóricas na resposta aos novos problemas que se tinham agudizado. Estava vulnerável à luta intra-partidária que reflectia as diferenciações sociais existentes. Estas condições favoreceram a adopção de posições revisionistas e oportunistas que tinham sido derrotadas nas fases anteriores da luta interna do Partido.

A adopção de visões oportunistas e revisionistas pela direcção do PCUS e de outros partidos comunistas, acabou por transformá-los em veículos que levaram à contra-revolução dos anos 80.

A viragem oportunista operada no XX Congresso do PCUS (1956), e a subsequente perda gradual das características revolucionárias do Partido, um Partido governante que era ao mesmo tempo alvo da agressão imperialista, tornou mais difícil o despertar e o agrupamento dos comunistas consequentes. Assim, as forças comunistas consequentes não foram capazes de revelar a natureza traidora da linha que prevaleceu na reunião do CC de Abril de 1985 e no XVII Congresso do PCUS (1986). Não foram capazes de mobilizar um pólo visível pela defesa do socialismo que demarcasse as suas posições³⁹ e enfrentasse com

³⁹ V. Tiulkin, no seu discurso no congresso internacional comemorativo do 80.º aniversário da Grande Revolução Socialista de Outubro, em Moscovo, sublinha que:

- A XIX Conferência do PCUS proclamou o pluralismo político;
- A via para as políticas de mercado foi aberta no XXVIII Congresso do PCUS.
- A reunião de Abril de 1991 do CC do PCUS abriu o caminho para as políticas de privatização.

sucesso as forças contra-revolucionárias. Não se constituiu a tempo uma vanguarda comunista revolucionária capaz de dirigir política, ideológica e organizativamente a classe operária contra a contra-revolução em marcha.

Mesmo que este desenvolvimento contra-revolucionário não pudesse ser travado, especialmente nos anos 80, é certo que a resistência, tanto nos partidos no poder como no movimento comunista internacional, teria assegurado que hoje a luta pela reconstrução do movimento internacional fosse travada em melhores condições e que existiriam as condições prévias para superar a sua crise profunda.

Não consideramos como um processo inevitável o rápido desenvolvimento e o domínio das posições revisionistas e das políticas oportunistas, a gradual corrupção do PCUS e dos outros partidos comunistas no poder, a degeneração do carácter revolucionário do poder político. Investigamos todos os factores que levaram a este desenvolvimento. Poderíamos incluir os seguintes aspectos numa lista dos factores determinantes:

A) O declínio do nível de educação política do Marxismo nas direcções dos partidos comunistas e em todo o corpo partidário em geral devido às condições específicas da guerra, às enormes perdas de quadros e ao súbito aumento em número dos membros do Partido, que teve como resultado um desenvolvimento insuficiente da economia política do Socialismo.

As alterações na composição de classe do Partido necessitam de maior investigação quer na sua estrutura interna e no modo de funcionamento quer no seu impacto ao nível ideológico e nas características revolucionárias do Partido, nos seus membros e quadros.

A relativa dependência que o poder de Estado comunista na URSS teve desde o início dos quadros administrativos e científicos de origem burguesa.

A herança histórica da URSS em termos da dimensão do atraso pré-capitalista e do seu desigual desenvolvimento capitalista.

As perdas massivas durante a II Guerra Mundial e os sacrifícios requeridos na reconstrução do pós-guerra ao nível da prosperidade social, num contexto de forte competição com a reconstrução capitalista na Europa Ocidental, que beneficiou em larga medida da capacidade e da necessidade de os EUA exportarem capital;

Problemas e contradições na assimilação dos países da Europa Central e de Leste no sistema socialista;

O receio de uma nova guerra provocado pelas intervenções imperialistas na Coreia, etc., a Guerra Fria, o dogma de Hellstein da Alemanha Ocidental (o não-reconhecimento da RDA e a sua caracterização como uma zona ocupada).

B) A intervenção política diferenciada do imperialismo nos países socialistas, com o apoio da social-democracia, através de transacções comerciais mais flexíveis com certos países da Europa Central e de Leste, entre os países que construíam o socialismo, e uma maior pressão política e ideológica directa sobre a URSS.

C) Problemas na estratégia e a divisão no movimento comunista internacional.

- Uma política de «independência» nacional (em ruptura com a URSS) foi seguida por grupos de comunistas nos soviets.

- A dissolução da URSS foi rubricada por uma dita maioria comunista no Soviète Supremo.

Num artigo publicado em 2000, sobre o 10.º aniversário da Conferência de toda a Rússia que criou o Partido Comunista da Federação Russa, Tiulkin refere que os membros da facção recém criada «Movimento da Iniciativa Comunista», juntamente com outros, votaram pela primeira vez contra as decisões do XXVIII Congresso do PCUS.

O desenvolvimento do poder soviético

23. O fundamento teórico da análise da história do poder soviético é o de que o poder de Estado socialista consiste na ditadura do proletariado. Trata-se do poder de Estado da classe operária que não é partilhado com mais ninguém, o que ocorre em todas as outras formas de poder de Estado. A ditadura do proletariado é o órgão da classe operária na luta de classes que continua através de outros meios e formas.

A classe operária, como portadora das relações comunistas em formação, como proprietária colectiva dos meios de produção socializados, é a única classe que pode dirigir a luta pelo predomínio total das relações comunistas, pelo desaparecimento das classes e pelo definhamento do Estado.

Através do seu poder revolucionário, a classe operária, enquanto classe dominante, constituirá uma aliança com outros estratos populares que ainda não são trabalhadores na produção socializada (socialista), (por exemplo, cooperativas de pequenos proprietários na cidade e no campo, os empregados por conta própria no sector dos serviços, cientistas, intelectuais e técnicos na administração da produção, com origem de classe na burguesia ou nas camadas médias-altas). Através desta aliança a classe operária procurará liderar estas camadas na construção do socialismo, rumo ao total predomínio das relações comunistas.

A necessidade da ditadura do proletariado resulta também da continuação da luta de classes no âmbito internacional e manter-se-á até que todas as relações se tornem comunistas, isto é, enquanto houver necessidade de o Estado existir como aparelho de dominação política.

24. As opções políticas relativas à superestrutura, às instituições da ditadura do proletariado, ao controlo operário, etc., estão intimamente ligadas às opções políticas no plano económico.

O desenvolvimento dos sovietes como forma da ditadura do proletariado é um importante tema que deve ser esclarecido. Na primeira Constituição da RSFSR (Rússia Soviética),⁴⁰ e na primeira Constituição da União Soviética (1924), (bem como nas constituições das diferentes repúblicas em 1925), o relacionamento comunista entre as massas e o aparelho de Estado era assegurado através da representação electiva indirecta dos operários, que tinha lugar em cada unidade de produção enquanto unidade eleitoral. O direito de voto era assegurado apenas aos operários (e não aos cidadãos em geral). À classe burguesa, aos proprietários de terra e demais que explorassem trabalho alheio, aos padres e monges e aos elementos contra-revolucionários era negado o direito de voto. As concessões feitas aos capitalistas durante a NEP não incluíam direitos políticos.

A Constituição de 1936 estabeleceu a representatividade eleitoral directa através de círculos eleitorais geográficos. A realização de eleições em assembleias-gerais foi abolida, sendo substituída pelos referidos círculos eleitorais geográficos. Foi instituído o sufrágio universal por voto secreto.

As alterações introduzidas pela Constituição de 1936 pretendiam resolver determinados problemas⁴¹, como insuficiências na ligação do Partido e dos funcionários dos sovietes às

⁴⁰ República Socialista Federativa Soviética da Rússia.

⁴¹ O relatório de A. Jdánov na sessão do CC do PCU (b) (Fevereiro-Março de 1937) refere-se aos seguintes problemas que o novo sistema eleitoral deveria resolver: «temos de ultrapassar a psicologia perigosa de certos quadros do nosso Partido e dos sovietes, que supõem poder facilmente ganhar a confiança do povo e dormir tranquilamente, esperando em casa que lhes sejam oferecidos lugares no parlamento, com retumbantes aplausos, pelos serviços que antes prestaram. Com o voto secreto, ninguém pode ter como garantida a confiança do povo (...) Nós temos uma importante camada de quadros nas organizações do Partido e dos sovietes que pensa que a sua tarefa termina no momento em que são eleitos para o soviete. Isto é testemunhado por um grande número de quadros que não assiste às sessões dos sovietes, dos grupos parlamentares e dos organismos dos sovietes, que se furtam ao cumprimento dos

bases, no funcionamento dos soviets, fenómenos burocráticos, etc., mas também visavam a estabilização do poder soviético perante a aproximação da guerra.

A desclassificação da unidade de produção enquanto pilar da organização do poder político da classe operária (devido à abolição da eleição indirecta através de congressos e assembleias gerais) precisa de ser estudada mais aprofundadamente. O seu impacto negativo na composição de classe dos órgãos superiores do Estado e na aplicação do direito de revocação dos delegados (o qual, segundo Lénine, constitui um elemento fundamental da democracia na ditadura do proletariado) são aspectos que necessitam igualmente de ulterior estudo.

25. Depois do XX Congresso (1956), os soviets locais foram reforçados com novas competências no âmbito da «autogestão» e «auto-suficiência» das empresas socialistas. Deste modo, houve um recuo do centralismo democrático no plano político, que correspondeu ao recuo da planificação central no plano económico. Adoptaram-se medidas que reforçaram o carácter «permanente» dos representantes nos soviets, através do aumento gradual das funções administrativas dos seus órgãos e alargamento da possibilidade de isenção dos delegados dos seus deveres na produção.

No XXII Congresso (1961) foram adoptadas considerações não objectivas sobre «o desenvolvimento do socialismo» e o «fim da luta de classes». A pretexto de «contradições não-antagónicas» entre classes e grupos sociais, adoptou-se a posição de que a URSS era um «Estado de todo o povo» (o que foi consagrado na revisão constitucional de 1977) e que o PCUS era o «Partido de todo o povo».

Este desenvolvimento contribuiu para a alteração das características do Estado operário e revolucionário, para a degeneração da composição de classe do Partido e dos seus quadros, o afrouxamento da vigilância revolucionária, o que foi teorizado na tese sobre a «irreversibilidade» da construção do socialismo.

Com a *perestróika* e a reforma do sistema político em 1988, os soviets degeneraram em órgãos burgueses.

26. A experiência prática revela um gradual afastamento das massas da participação no sistema soviético, que se revestiu de um carácter puramente formal nos anos 80. Este afastamento não pode ser atribuído exclusivamente ou primordialmente à alteração das funções dos soviets, mas à diferenciação social que foi acentuada pelas políticas económicas, à agudização das contradições entre os interesses individuais e de grupo e o interesse social colectivo.

À medida que a direcção do PCUS adoptava políticas que enfraqueciam o carácter social da propriedade a favor dos estreitos interesses particulares e de grupo, desenvolveu-se o sentimento de alienação em relação à propriedade social, que erodiu o nível de consciência nas massas. O caminho para a passividade, para a indiferença, para o individualismo abria-se à medida que a realidade estava cada vez mais ausente nos discursos oficiais e os níveis da produção agrícola e industrial caíam, desaparecendo com eles as possibilidades de satisfazer as necessidades sociais. O controlo operário tinha degenerado ou tomado um carácter puramente formal.

A classe trabalhadora e as massas populares em geral não viraram as costas ao socialismo. É de assinalar que os slogans usados durante a *perestróika* clamavam «Revolução dentro da revolução», «Mais democracia», «Mais socialismo», isto porque uma grande parte da população, confrontada com as dificuldades, queria soluções dentro do

seus deveres parlamentares básicos (...) Muitos dos nossos quadros nos soviets tendem a adquirir hábitos burocráticos e revelam muitas deficiências na sua actividade, preferindo prestar contas do seu trabalho dez vezes diante o comité do Partido, num ambiente “familiar” fechado, do que comparecer numa sessão do soviete e aí se autocriticarem e ouvirem as críticas das massas. Penso que sabem disto tão bem como eu.» *KOMEF* 4/2008.

quadro do socialismo. Foi por esta razão que as medidas que inicialmente enfraqueceram as relações comunistas e fortaleceram as relações monetário-mercantis e aquelas que mais tarde aceleraram o regresso da propriedade privada foram apresentadas como medidas para reforçar o socialismo.

Outro tema que exige estudos comparativos ulteriores são as formas de organização da participação operária, os seus direitos e deveres, em diferentes períodos do poder soviético – os comités de operários no tempo de Lênine⁴² e o movimento *stakhanovista* em contraposição aos conselhos de autogestão de Gorbachov, na sua relação com a planificação central e a realização do carácter social da propriedade dos meios de produção.

No estudo da construção do socialismo noutros países da Europa e da Ásia devem ser considerados os seguintes aspectos: o modo como o poder de Estado da classe operária se expressava nas democracias populares, as alianças da classe trabalhadora com os estratos pequeno-burgueses e a luta entre si. As influências nacionalistas burguesas em determinadas políticas de partidos comunistas no poder, por exemplo, do Partido Comunista da China e da União dos Comunistas Jugoslavos. Em que grau a unificação com sectores da social-democracia, depois de 1945, influenciou o carácter dos partidos no poder, por exemplo, o Partido Operário Unificado da Polónia, o Partido Socialista Unificado na Alemanha, o Partido Comunista da Checoslováquia ou o Partido dos Trabalhadores Húngaros.

Desenvolvimentos no movimento comunista internacional e na sua estratégia

27. Na luta de classes a nível mundial, os desenvolvimentos no movimento comunista internacional e as questões da sua estratégia desempenharam um papel crucial como contrapeso na correlação de forças. Os problemas da unidade ideológica e estratégica⁴³ manifestaram-se durante toda a trajectória da Internacional Comunista, incidindo sobre a natureza da revolução, o carácter da II Guerra Mundial.⁴⁴ Os grupos oportunistas no Partido Comunista (bolchevique) (trotskistas-bukharinistas) estiveram envolvidos na luta travada dentro da IC sobre a estratégia do movimento comunista internacional.

No final dos anos 20, Bukhárine, enquanto presidente da IC, apoiou as forças nos partidos comunistas e na IC que enfatizavam demasiadamente a «estabilização do capitalismo», a inverosimilhança de um novo ressurgimento revolucionário e se manifestavam a favor de um acordo com a social-democracia, em especial com a sua «ala esquerda», etc.

O enfraquecimento do funcionamento da IC como um centro unido verificou-se muitos anos antes de sua dissolução (Maio de 1943)⁴⁵. O desenvolvimento negativo do movimento internacional inviabilizou a existência de um centro para a elaboração coordenada de uma estratégia revolucionária, visando transformar a luta contra a guerra imperialista ou a

⁴² Os comités de operários eram órgãos de controlo operário no período 1917-1918. Estes órgãos apareceram em Março de 1917. O controlo operário efectuava-se segundo o decreto publicado em Novembro de 1917. Em 1919 os comités de operários fundiram-se com os sindicatos. Mais tarde, nos anos 20, funcionaram como conselhos de produção, como órgãos de controlo operário nas fábricas.

⁴³ Ver conclusões sobre este tema em «Teses do CC do KKE no 60.º Aniversário da Vitória Popular sobre o Nazi-Fascismo», Abril de 2005.

⁴⁴ Inicialmente, o Secretariado da Comissão Executiva da IC, em 9 de Setembro de 1939, caracterizou a guerra como imperialista e depredadora por parte dos dois lados, apelando às suas secções nos países envolvidos para lutarem contra guerra.

⁴⁵ Ver *História da 3.ª Internacional*, Academia das Ciências da URSS, pág. 428, edição grega.

ocupação estrangeira numa luta pelo poder de Estado, como dever comum de cada partido comunista, tendo em conta as condições existentes no seu próprio país⁴⁶.

Não obstante os factores que conduziram à dissolução da IC, havia a necessidade objectiva de o movimento comunista internacional construir uma estratégia revolucionária unificada para planificar e coordenar sua actividade.

Um estudo mais aprofundado das causas que conduziram à dissolução da IC deve tomar em consideração uma série de desenvolvimentos⁴⁷, tais como: a cessação da actividade da Internacional Sindical Vermelha em 1937, devido à maioria das suas secções se ter unificado ou aderido a sindicatos reformistas de massas; a decisão do VI Congresso da Internacional da Juventude Comunista (1935), segundo a qual a luta contra o fascismo e a guerra exigiam uma mudança no carácter das uniões de juventudes comunistas, o que conduziu, em alguns casos, à unificação de organizações de juventudes comunistas com juventudes socialistas (por exemplo, em Espanha, na Lituânia, etc.).

Enquanto a guerra provocou uma agudização das contradições da classe dentro de muitos países, a luta antifascista apenas conduziu à derrota do capitalismo nos países de Europa Oriental, com o apoio crucial do Exército Vermelho aos movimentos populares.

No Ocidente capitalista, os partidos comunistas não definiram uma estratégia para a transformação da guerra imperialista ou da luta de libertação nacional numa luta pela conquista do poder de Estado. A estratégia do movimento comunista não teve em conta o facto de que a contradição entre o capital e o trabalho era uma característica integrante da luta antifascista e de libertação nacional em muitos países, o que impunha colocar a questão do poder de Estado, dado que o socialismo e a perspectiva do comunismo são a única solução alternativa à barbárie capitalista. Houve um afastamento da tese de que entre o capitalismo e o socialismo não há nenhum sistema social intermédio e, conseqüentemente, não há nenhum tipo de governação política intermédia entre o poder de Estado burguês e o poder de Estado da classe operária.

Esta tese permanece válida para além da correlação de forças e independentemente dos problemas, os quais podem agir como catalisador para a aceleração dos processos, por exemplo, a agudização das contradições anti-imperialistas, a guerra imperialista ou eventuais alterações nas formas do poder do Estado burguês.

28. Após o final da II Guerra Mundial houve um realinhamento das alianças. Os Estados capitalistas e as forças burguesas e oportunistas em cada país (por exemplo, forças sociais-democratas) uniram-se contra o movimento comunista e os Estados que enveredaram pela construção do socialismo.

Nestas circunstâncias, os resultados negativos da crescente corrupção oportunista em algumas secções do movimento comunista internacional tornaram-se claros. A falta de uma

⁴⁶Note-se que no VII Congresso do KKE (1945), a resolução aprovada sobre «a unidade internacional da classe operária» mencionava entre outros aspectos que «o VII Congresso do KKE (...) expressa o desejo de que todos os partidos operários no mundo que acreditam no socialismo, apesar de diferenças, devem ser incorporados o mais rapidamente possível numa organização política internacional unificada da classe operária».

⁴⁷Logo em 1935, o VII Congresso da IC recomendou «ao Comité Executivo da IC que dirija a sua actividade para a elaboração de bases de teses políticas e de teses sobre as tácticas do movimento operário, tomando em consideração as condições específicas e peculiaridades de cada país», aconselhando o Comité Executivo da IC a «evitar como regra o envolvimento directo nos assuntos de organização interna dos partidos comunistas». Depois do VII Congresso, a chamada reorganização da Internacional Comunista determinou que «a direcção operacional dos partidos passe para as mãos dos próprios partidos (...) abolindo-se os secretariados regionais, os quais até certa altura exerciam alguma direcção operacional (...) No lugar dos departamentos do Comité Executivo da IC foram criados dois órgãos: o departamento de quadros e o departamento para a propaganda e as organizações de massas». *História da 3.ª Internacional*, Academia das Ciências da URSS, págs. 433-434; Documentos Oficiais do KKE, Volume 6, pág. 113.

ligação orgânica entre os partidos comunistas após o colapso da IC e os sérios danos provocados na unidade ideológica não permitiram a definição de uma estratégia unificada do movimento comunista em contraposição à estratégia do imperialismo internacional.

O Kominform, que foi fundado em 1947⁴⁸ e dissolvido em 1956, assim como as reuniões internacionais que se lhe seguiram não poderiam tratar esses problemas eficazmente.

Apesar do inquestionável reforço do campo socialista após a guerra, o sistema imperialista internacional permaneceu forte. Imediatamente a seguir, sob a hegemonia dos EUA, o imperialismo desencadeou a «guerra-fria». Esta foi uma estratégia cuidadosamente elaborada para minar o sistema socialista.

A «guerra-fria» consistiu entre outras coisas na guerra psicológica organizada, na intensificação dos gastos militares para exaurir economicamente a URSS, numa rede montada para causar danos e minar o sistema socialista por dentro, em provocações abertas e incitamentos a movimentações contra-revolucionárias (por exemplo, na Jugoslávia, 1947-48, na RDA, 1953, na Hungria, 1956, na Checoslováquia, 1968, etc.). Contra os novos Estados socialistas foi desenvolvida uma estratégia económica e diplomática diversificada com o propósito de quebrar a sua aliança com a URSS e propiciar as condições para sua corrupção oportunista. Ao mesmo tempo, o sistema imperialista com os EUA à cabeça criou uma série de alianças militares, políticas, económicas e organizações internacionais de crédito (NATO, CEE, FMI, Banco Mundial, acordos de comércio internacionais), que asseguraram a coordenação entre os Estados capitalistas e sanaram algumas das suas contradições, com o propósito de contribuir para o objectivo estratégico comum de exercer uma pressão sufocante sobre o sistema socialista. Organizaram intervenções imperialistas, provocações sistemáticas e multifacetadas e campanhas anticomunistas. Usaram as mais modernas armas ideológicas para manipular os povos, criando um clima hostil aos Estados socialistas e ao movimento comunista em geral. Utilizaram os desvios oportunistas e os problemas da unidade ideológica do movimento comunista. Apoiaram economicamente, política e moralmente qualquer forma de descontentamento ou de divergência com o PCUS e a URSS. Disponibilizaram milhares de milhões de dólares dos seus orçamentos estatais para este fim.

29. A linha de «coexistência pacífica», tal como foi desenvolvida no período pós II Guerra Mundial, em certa medida no XIX congresso (1952)⁴⁹ e plenamente no XX Congresso (1956)⁵⁰, reconheceu a barbárie e a agressão imperialistas dos EUA e da Grã-Bretanha, bem como de determinadas camadas das classes burguesas e das respectivas forças políticas nos Estados capitalistas do Ocidente, mas não como elemento intrínseco do capitalismo monopolista e do imperialismo. Desta maneira permitiu o desenvolvimento de visões utópicas, tais como a de que é possível ao imperialismo aceitar a longo prazo a coexistência com forças que haviam quebrado sua dominação mundial. Desde o XX Congresso do PCUS esta noção passou também a estar ligada à possibilidade da transição por via parlamentar para o socialismo na Europa.

Ambas as partes do movimento comunista (governamental e não governamental) sobrestimaram o poder do sistema socialista e subestimaram o dinamismo da reconstrução do capitalismo no pós-guerra. Paralelamente, a crise no movimento comunista internacional aprofundou-se, o que inicialmente se traduziu no rompimento das relações entre o PCUS e o PC da China e mais tarde na criação da corrente conhecida como «eurocomunismo».

⁴⁸No *Kominform* (Bureau de Informação dos Partidos Comunistas) estavam representados os seguintes partidos comunistas e operários: Bulgária, Hungria, Itália, Polónia, Roménia, URSS, Checoslováquia e França.

⁴⁹*Relatório do CC do PCU(b) ao XIX Congresso* [Partido Comunista de Toda a União (bolchevique)], pág. 28, edição do CC do KKE.

⁵⁰*XX Congresso do PCUS*, Edições Zioga, 1965, pág. 8.

Nas fileiras de muitos partidos comunistas da Europa ocidental, sob o pretexto das especificidades nacionais de cada país, a corrente oportunista conhecida como o eurocomunismo tornou-se dominante, negando as leis científicas da revolução socialista, da ditadura do proletariado e de toda a luta revolucionária em geral. Adoptou assim «a via parlamentar» para o socialismo, uma estratégia social-democrata reformista. De modo geral, prevaleceu a ideia de que a social-democracia estava dividida numa ala «esquerda» e numa de «direita», o que enfraqueceu a luta ideológica contra a social-democracia. Em nome da unidade da classe operária, os partidos comunistas fizeram uma série de concessões ideológicas e políticas enquanto que do lado dos sociais-democratas as declarações sobre a unidade não visavam a derrota do sistema capitalista, mas sim o resgate da classe trabalhadora à influência de ideias comunistas e a sua alienação enquanto classe.

O posicionamento de muitos partidos comunistas em relação à social-democracia decorria da estratégia de «*um governo antimonopolista*», uma espécie de estádio entre o socialismo e o capitalismo, que teve também expressão nos governos que geriam o capitalismo em aliança com a social-democracia. Esta estratégia baseou-se inicialmente na ideia de que havia uma relação de «subordinação e dependência» de cada país capitalista com os EUA⁵¹. Todavia, foi adoptada até pelo próprio PC dos EUA, no país que estava no topo da pirâmide imperialista.

Esta estratégia tornou-se dominante sobretudo após o XX Congresso do PCUS (1956), bem como a sua tese sobre «*a diversidade de formas de transição para o socialismo, sob determinadas circunstâncias*». Esta tese constituiu uma revisão essencial das lições da experiência revolucionária soviética. A estratégia única do capitalismo contra os Estados socialistas e o movimento operário nos países capitalistas foi subestimada. As contradições entre os países capitalistas, que naturalmente continham elementos de dependência como é inevitável dentro da pirâmide imperialista, não foram analisadas correctamente. Assim, os partidos comunistas seguiram uma política de alianças que incluía forças burgueses, que definiram como «*nacionalmente conscientes*», em oposição àqueles que eram lacaios do imperialismo estrangeiro. Tais visões tornaram-se dominantes na parte do movimento comunista que, após 1960, se orientou para o PC da China.

A interacção do oportunismo contemporâneo entre os partidos comunistas dos países capitalistas e os partidos comunistas governantes foi reforçada pela ameaça de um ataque nuclear contra os países socialistas, pela agudização da luta de classes dentro dos Estados socialistas (Europa Central e Europa Oriental) e pelas novas guerras imperialistas (Vietname, Coreia). As tácticas flexíveis do imperialismo reflectiram-se no desenvolvimento do oportunismo nos partidos comunistas dos Estados socialistas, contribuíram para minar a construção do socialismo e o esforço revolucionário na Europa capitalista e em todo o mundo. Assim, directa e indirectamente, a pressão imperialista sobre os Estados socialistas aumentou.

⁵¹«A preparação de uma nova guerra está inteiramente ligada à subordinação dos países de Europa e de outros continentes ao imperialismo dos EUA. O Plano Marshall, a União do Ocidente, a NATO são todos elos da cadeia de uma conspiração criminosa contra a paz com a qual os monopólios transatlânticos amarram os povos. O dever dos comunistas e dos partidos operários nos países capitalistas é de unir a sua luta pela independência nacional à luta pela paz, para revelar o carácter antinacional e traidor das políticas dos governos burgueses que se transformaram em lacaios do imperialismo dos EUA, promover a unidade e o reagrupamento de todas as forças patrióticas e democráticas em cada país em torno de consignas que apelem ao fim da miserável submissão aos americanos, com vista à adopção de um política interna e externa independente que corresponda aos interesses nacionais dos povos. Os comunistas e os partidos operários devem erguer alto a bandeira da defesa da independência nacional e da soberania dos povos». (Arquivo do KKE; Resoluções do Bureau de Informação dos Partidos Comunistas e Operários, Encontro de 1949, Atenas, págs. 73-74).

Análise do posicionamento do KKE

30. O XIV Congresso do KKE (1991) e a Conferência Nacional (1995) fizeram a autocrítica no que respeita aos seguintes aspectos: O Partido não evitou a idealização do socialismo tal como foi construído no século XX. Subestimámos os problemas que observámos, atribuindo-os principalmente a factores objectivos. Justificámo-los como dificuldades do desenvolvimento do socialismo, algo que se provou não corresponder à realidade.

A capacidade de chegarmos a conclusões correctas foi diminuída pelo facto de que o nosso Partido não prestou a devida atenção à necessidade de elevar o seu nível teórico, de promover o estudo e a assimilação criativos da nossa teoria, de utilizar a rica experiência da luta revolucionária e de classe, de contribuir com suas próprias forças para o desenvolvimento criativo das teses ideológicas e políticas com base na evolução das circunstâncias. Em muitos casos, o Partido adoptou as avaliações teóricas erróneas e as opções políticas do PCUS.

Adaptámo-nos e tolerámos o formalismo que surgiu nas relações entre os partidos comunistas, a adopção acrítica das teses do PCUS sobre questões teóricas e ideológicas. Da nossa própria experiência ressalta a conclusão de que a experiência de outros partidos deve ser combinada com um julgamento objectivo de suas políticas e práticas, com a crítica fraternal a erros e a oposição a desvios.

A conferência de 1995 criticou o facto de o nosso partido ter aceiteado acriticamente a política da *perestróika*, considerando que se tratava de uma política de reformas benéficas ao socialismo. Este facto reflectiu-se no reforço do oportunismo dentro das fileiras do partido nesse período.

A análise crítica do posicionamento do KKE face à construção do socialismo não obscurece o facto de que o nosso Partido, ao longo de toda a sua história, fiel ao seu carácter internacionalista, defendeu a causa da construção do socialismo no século XX com as vidas de milhares dos seus membros e quadros e se empenhou na divulgação militante da contribuição do socialismo. A defesa da contribuição do socialismo no século XX é uma opção consciente do nosso Partido tanto no passado como actualmente, após os desenvolvimentos negativos registados.

O KKE não acompanhou as forças que, em nome do criticismo em relação à URSS e a outros países, saíram do movimento comunista, negaram o carácter socialista destes países e adoptaram a propaganda do imperialismo; nem alterou a sua defesa do socialismo, apesar das suas debilidades.

D. A necessidade e importância do socialismo. Enriquecimento da nossa concepção programática do socialismo

A necessidade e importância do socialismo

31. O programa do Partido afirma: «*Os golpes contra-revolucionários não alteram o carácter deste período. O século XXI será o século de um novo ascenso do movimento revolucionário mundial e de uma nova série de revoluções sociais*».

As lutas que são limitadas à defesa de algumas conquistas, mesmo se são necessárias, não proporcionam soluções reais. O socialismo é a única saída e perspectiva inevitável, apesar da sua derrota no final do século XX.

A necessidade do socialismo emerge da agudização das contradições do mundo capitalista contemporâneo, do sistema imperialista. Decorre do facto de que, no estádio imperialista de desenvolvimento do capitalismo, que é caracterizado pela dominação dos

monopólios, as condições materiais necessárias à transição para um sistema socioeconómico superior estão totalmente amadurecidas. O capitalismo socializou a produção a um nível inaudito. No entanto, os meios de produção e o produto do trabalho socializado constituem propriedade privada capitalista. Esta contradição é a fonte de todos os fenómenos de crise das sociedades capitalistas contemporâneas: desemprego e pobreza, que alcançaram níveis explosivos durante as crises económicas, o alargamento do tempo de trabalho apesar do aumento da produtividade, a incapacidade de satisfazer as necessidades sociais actuais nos domínios da educação e especialização profissional, na saúde, com base nos modernos avanços científicos e tecnológicos, a escandalosa destruição do ambiente com consequências severas para a saúde pública e a saúde dos trabalhadores, a falta de protecção face às calamidades naturais apesar das novas possibilidades tecnológicas, a destruição das guerras imperialistas, o tráfico de droga, de órgãos humanos, etc.

Ao mesmo tempo, estas contradições do capitalismo indicam a via para a sua superação: o ajustamento das relações de produção para coincidirem com o nível de desenvolvimento das forças produtivas; a abolição da propriedade privada dos meios de produção, começando pelos mais concentrados, a sua socialização e utilização planificada na produção social com vista à satisfação das necessidades sociais; planeamento central da economia pelo poder de Estado revolucionário da classe operária e controlo operário. A causa do socialismo é realista porque está enraizada no desenvolvimento próprio do capitalismo. A sua realização não depende da correlação de forças, das condições sob as quais cada acção revolucionária se processa, que apenas podem acelerar ou retardar os desenvolvimentos.

A vitória da revolução socialista, inicialmente num só país ou num grupo de países, decorre da acção da lei do desenvolvimento desigual económico e político do capitalismo⁵². As condições para a revolução socialista não amadurecem simultaneamente no mundo inteiro. A cadeia imperialista quebrará pelo seu elo mais fraco.

O dever «nacional» específico de cada partido comunista é a realização da revolução socialista e da construção do socialismo no seu país, como parte do processo revolucionário mundial. Isto contribuirá para a criação de um «*socialismo inteiramente consumado*» no âmbito da «*colaboração revolucionária dos proletários de todos os países*»⁵³.

A tese leninista acerca do elo mais fraco não negligencia a relação dialéctica dos níveis nacional e internacional no processo revolucionário, que se exprime no facto de a passagem à fase mais elevada de comunismo exigir a vitória do socialismo em todo o mundo ou, pelo menos, nos países mais desenvolvidos e dominantes do sistema imperialista.

Enriquecimento da nossa concepção programática sobre o socialismo

32. O grau de amadurecimento das condições materiais prévias ao socialismo difere entre as sociedades capitalistas em consequência do desenvolvimento desigual do capitalismo. O indicador básico do desenvolvimento de relações capitalistas é a extensão e a concentração do trabalho assalariado.

Nas condições do imperialismo, o atraso relativo do desenvolvimento capitalista pode conduzir a uma súbita agudização das contradições e, conseqüentemente, a uma crise revolucionária e à possibilidade de vitória. No entanto, o grau de atraso socioeconómico

⁵²VI Lénine, «Sobre a Palavra de Ordem dos Estados Unidos da Europa», «O Programa Militar da Revolução Proletária».

⁵³VI Lénine, «Acerca do Infantilismo “de Esquerda” e do Espírito Pequeno-Burguês».

dificultará a construção futura do socialismo, a luta do novo com velho. O ritmo de construção do socialismo será influenciado pela herança do passado⁵⁴.

Em qualquer caso, todavia, o passado capitalista herdado pelo poder de Estado operário revolucionário não justifica que se questionem as leis elementares da revolução e da construção do socialismo. Estas leis aplicam-se em geral a todos os países capitalistas, independentemente das suas especificidades históricas que inquestionavelmente existiram no decurso da construção do socialismo durante o século XX e que seguramente existirão durante a construção futura do socialismo.

33. O XV Congresso do KKE definiu como socialista o carácter da próxima revolução na Grécia. Definiu igualmente o carácter anti-imperialista, antimonopolista e democrático da frente que se constituirá em aliança da classe operária com os outros estratos populares. Os congressos seguintes, em especial o XVI, enriqueceram o conteúdo programático desta Frente.

No Programa do KKE estão expressas as nossas teses básicas sobre o socialismo, as quais podemos hoje enriquecer, utilizando as conclusões sobre a construção do socialismo na URSS durante o século XX⁵⁵ e com base nas teses marxistas-leninistas desenvolvidas no segundo capítulo.

34. O elevado grau de monopolização, atingido em especial nos últimos anos, é a condição material prévia da socialização dos meios de produção na indústria, distribuição e no turismo, que permitirá a apropriação social da riqueza produzida. Quaisquer formas de negócio privado nas áreas da saúde, protecção social, segurança social e educação serão imediatamente abolidas.

A propriedade social e o planeamento central criarão as condições para a eliminação do desemprego. O planeamento central da economia baseada na propriedade social dos meios de produção concentrados constitui a relação de produção comunista. Os planos estatais terão objectivos a longo, médio e curto prazo para a construção do socialismo e aumento da prosperidade social.

A introdução do planeamento central será organizada em cada sector através de uma autoridade estatal única e unificada, com organismos regionais e nos ramos da indústria. O planeamento basear-se-á num conjunto de objectivos e critérios, tais como:

Na energia: o desenvolvimento de infra-estruturas de acordo com as necessidades da produção planeada centralmente, a redução do nível de dependência energética do país, a garantia de um consumo adequado e barato à população; a segurança dos trabalhadores do sector e áreas residenciais, a protecção da saúde pública e do ambiente. Neste sentido, as políticas energéticas terão os seguintes pilares: a utilização de todas as fontes domésticas de energia (carvão fóssil, hidráulica, eólica, etc.), prospecção e exploração sistemáticas de novas fontes, desenvolvimento da cooperação mutuamente vantajosa com outros países.

Nos transportes será dada prioridade ao transporte de massas face ao transporte individual e ao transporte ferroviário na parte continental do país. Todos os meios de transporte serão planificados segundo o critério da sua interligação e complementaridade e com os objectivos de um trânsito barato e rápido de pessoas e bens, a economia de energia e a protecção do meio ambiente, o desenvolvimento planificado e redução das desigualdades entre regiões, o pleno controlo da segurança nacional e da defesa. O planeamento das infraestruturas relevantes – portuárias, aeroportos, estações de comboio, estrada – e de uma indústria de produção de meios de transporte é a premissa para a realização destes

⁵⁴Lénine defendeu no seu tempo que nos países com graus intermédios fracos de desenvolvimento capitalista é «mais fácil começar, mas mais difícil de continuar» a revolução socialista.

⁵⁵O Programa do Partido, adoptado no XV Congresso (1996) afirma no Capítulo D: «A concepção do KKE da construção do socialismo baseia-se na teoria marxista-leninista e no seu enriquecimento com as conclusões e reflexões do nosso Partido sobre a construção do socialismo no século XX».

objectivos no desenvolvimento dos transportes. O mesmo se aplica às telecomunicações, à transformação de matérias-primas, à indústria manufactureira, em especial à produção de maquinaria, com vista ao alcance da auto-suficiência da economia (o mais ampla possível), reduzindo a dependência do comércio externo e das transacções com as economias capitalistas nestes sectores cruciais.

A terra será socializada assim como as grandes explorações agrícolas capitalistas. Serão criadas unidades estatais de produção para transformados em empresas estatais para a produção e transformação dos produtos agrícolas enquanto matérias-primas ou artigos de consumo.

As cooperativas de produção serão promovidas na pequena produção agrícola e nas pequenas empresas de bens e serviços nas cidades. As cooperativas de produção criarão as condições prévias ao alargamento das relações comunistas a todos os sectores da economia através da concentração da pequena produção, da sua organização, da divisão do trabalho entre cooperativas, do aumento na produtividade do trabalho e da utilização das novas tecnologias. Um sistema de distribuição de produtos cooperativos será criado através de lojas estatais e cooperativas. O planeamento central determinará a proporção dos produtos a distribuir no mercado cooperativo (e seus preços) e aqueles que serão distribuídos através do mecanismo do Estado. O objectivo é de, eventualmente, toda a produção das cooperativas passar a ser distribuída por um sistema unificado do Estado. As cooperativas de produção estarão ligadas ao planeamento central através do estabelecimento de objectivos de produção e planos de consumo de matérias-primas, de energia, de maquinaria nova e de serviços.

As novas realizações da ciência e tecnologia serão usadas com vista a reduzir o tempo de trabalho e aumentar o tempo livre que poderá ser usado para a elevação do nível educativo-cultural dos trabalhadores, para a real participação dos trabalhadores no controlo da gestão e das instituições do Estado.

A investigação científica será organizada pelas instituições do Estado – departamentos do ensino superior, institutos, etc. – e será colocada ao serviço do planeamento central, da administração da produção social com vista à promoção da prosperidade social.

35. Uma parte do produto social será distribuída de acordo com as necessidades através de serviços públicos e gratuitos na saúde, educação, segurança social, lazer, protecção da infância e dos idosos, assim como através de transportes baratos (e em alguns casos gratuito), serviços de telecomunicações, abastecimento de energia e água à população, etc.

Será criada uma infra-estrutura social do Estado que proporcione serviços sociais da mais alta qualidade satisfazendo necessidades que são hoje suportadas pelos rendimentos individuais ou familiares (por exemplo, restaurantes no local de trabalho, nas escolas).

Todas as crianças em idade pré-escolar serão integradas no ensino gratuito, público e obrigatório.

A escolaridade básica, geral e gratuita de 12 anos será assegurada a todos através de um sistema de ensino público com uma estrutura unificada, programa, administração e funcionamento, infra-estrutura técnica e equipa de pessoal especializado.

A formação profissional exclusivamente pública e gratuita será assegurada após a conclusão da escolaridade básica obrigatória.

Um sistema unificado de ensino superior público e gratuito formará docentes científicos para as instituições educativas e quadros especializados nas áreas da investigação, produção socializada e serviços do Estado.

Serão criados sistemas exclusivamente públicos de Saúde e Protecção Social. A produção social directa (meios de produção socializados, planeamento central, controlo operário) criará a base material para o incremento da economia socialista de modo a que possa assegurar – de acordo com o seu grau de desenvolvimento – condições iguais de acesso de todos os membros da sociedade aos cuidados de saúde, protecção social e outros bens

sociais. Estes serão assegurados como condição prévia do bem-estar físico e psicológico, do desenvolvimento intelectual e cultural de cada indivíduo, que dependem igualmente das condições de vida e de trabalho, das condições ambientais e sociais, que influenciam a capacidade de trabalho e a actividade social de cada um.

36. Com a elaboração e execução do primeiro plano estatal será restringido o âmbito do funcionamento das monetário-mercantis. A sua contínua limitação com vista à total extinção está relacionada com o alargamento planificado das relações comunistas a toda a produção e distribuição, com a expansão dos serviços sociais com vista à satisfação crescente de uma grande parte das necessidades de consumo individual. O dinheiro perderá gradualmente o seu conteúdo como forma de valor e a sua função enquanto meio de troca de mercadorias e transformar-se-á em meio de certificação do trabalho realizado que permitirá aos trabalhadores acederem à parte do produto social que lhes é distribuída de acordo com o seu trabalho.

O acesso a estes produtos é determinado pela contribuição de trabalho individual no conjunto de todo o trabalho socialmente útil. O padrão da contribuição individual de trabalho é o tempo de trabalho necessário, que é definido pelo Plano tendo em conta as necessidades globais da produção social (por exemplo, a transferência de força de trabalho para regiões específicas ou indústrias prioritárias), outras necessidades sociais específicas (por exemplo, assistência na maternidade ou a pessoas com necessidades especiais), e a atitude de vanguarda na organização e execução do trabalho.

Todas as políticas de formação do «salário» serão definidas com base nos princípios acima referidos. Quaisquer deformações existentes como a diferenciação herdada com base nas determinações do «valor» (que reduz o trabalho complexo e especializado a simples trabalho) serão tratadas de forma planificada, dando prioridade à elevação dos rendimentos dos trabalhadores com salários mais baixos.

O planeamento centralizado terá como objectivo, a médio e longo prazo, a formação geral dos trabalhadores para o trabalho especializado, bem como alternativas na divisão técnica do trabalho de modo a generalizar o aumento da produtividade do trabalho e permitir a redução do tempo de trabalho.

O papel e a função do Banco Central serão alterados. A regulamentação da função do dinheiro, como um meio de circulação de mercadorias, será restringida às transacções entre a produção socialista, a produção das cooperativas agrícolas e a produção de determinados bens de consumo, até à eliminação final da produção mercantil. Nesta base serão controladas as respectivas funções de determinados organismos do Estado especializados no crédito às cooperativas agrícolas e outras cooperativas de produção, bem como a alguns pequenos produtores.

O mesmo se aplicará às transacções entre Estados e a nível internacional (comércio, turismo), enquanto existirem Estados capitalistas no planeta. Neste sentido, um departamento de planeamento estatal regulará as reservas de ouro ou de outras mercadorias que funcionam como moeda internacional.

Será definido um novo papel do Banco Central no exercício da contabilidade social geral em ligação com os órgãos e objectivos do planeamento central.

37. A construção do socialismo não é compatível com a participação de um país em organizações imperialistas tais como a UE e a NATO. O Estado revolucionário, tendo em consideração a situação internacional e regional, procurará desenvolver relações oficiais mutuamente vantajosas entre a Grécia e outros países, especialmente com aqueles cujo nível de desenvolvimento, problemas e interesses directos são propícios a uma cooperação frutífera. O Estado socialista procurará a cooperação com países e povos que têm objectivamente um interesse directo em resistir aos centros económicos, políticos e militares do imperialismo e, em primeiro lugar, com os outros povos que estão a construir o

socialismo. Tentará utilizar todas as fracturas que possam existir na frente imperialista, causadas pelas contradições inter-imperialistas, com vista a defender e fortalecer a revolução e o socialismo. Uma Grécia socialista, fiel aos princípios do internacionalismo proletário será, de acordo com as suas capacidades, um baluarte do mundo anti-imperialista, revolucionário e do movimento comunista.

38. O Estado revolucionário da classe operária, a ditadura do proletariado, tem o dever de obstruir as tentativas da classe burguesa e da reacção internacional para restaurar o domínio do capital. Tem o dever de criar uma sociedade nova com a abolição da exploração do homem pelo homem. As suas funções organizativa, cultural, política, educacional e defensiva serão guiadas pelo Partido. Dará expressão a uma forma mais elevada de democracia, tendo como característica fundamental a enérgica participação da classe operária, do povo, na resolução dos problemas básicos da construção da sociedade socialista e no controlo do poder de Estado e dos seus órgãos. O Partido é um órgão da luta de classes da classe operária, que continua através de outras formas e sob novas condições.

O centralismo democrático é o princípio fulcral na construção e funcionamento do Estado socialista, no desenvolvimento da democracia socialista, na administração das unidades de produção e qualquer serviço social.

O poder de Estado da classe operária basear-se-á nas instituições que nascerão da luta revolucionária da classe operária e dos seus aliados. As instituições parlamentares burguesas serão substituídas por novas instituições do poder operário.

O núcleo do poder de Estado da classe operária serão as unidades de produção, os locais de trabalho, através dos quais a classe operária exercerá o controlo social da administração. Os trabalhadores serão eleitos representantes para os órgãos de poder estatal (e se necessário destituídos) a partir destas «comunidades de produção». O exercício do controlo operário será institucionalizado e salvaguardada na prática, assim como a livre crítica de decisões e manobras prejudiciais à construção do socialismo, a livre condenação da arbitrariedade subjectiva e comportamento burocrático dos funcionários e outros fenómenos negativos e desvios aos princípios socialistas-comunistas.

A representação das cooperativas de agricultores e de pequenos produtores mercantis será assegurada através da sua aliança com a classe operária. A composição dos organismos mais elevados será feita por delegados eleitos nos organismos inferiores. A maioria dos representantes nestes órgãos será obrigatoriamente constituída por trabalhadores das unidades de produção socialista e dos serviços sociais públicos.

O mais alto órgão do poder de Estado será um organismo de trabalho – que legislará e governará ao mesmo tempo – investido dos poderes executivo e legislativo dentro do seu âmbito de competências. Não é um parlamento, os seus representantes não são permanentes, podem ser destituídos, não se desligam da produção, mas são destacados do seu trabalho durante a duração do mandato, de acordo com as exigências das suas funções de representantes, e não têm nenhum benefício económico especial pela sua participação nos órgãos de poder do Estado. O governo, os dirigentes dos diferentes organismos executivos (ministérios, administrações, comissões, etc.) são escolhidos a partir do órgão máximo.

Serão elaboradas uma Constituição e uma legislação revolucionárias, correspondentes às novas relações sociais de propriedade, ao planeamento central, ao controlo operário – que defenderá a legalidade revolucionária. Nesta base serão configurados o direito laboral e familiar e todas as novas relações sociais legalmente consolidadas. Um novo sistema judicial será formado com base em instituições revolucionárias populares, assegurando o acesso de todos à justiça. As novas autoridades judiciárias estarão sob a supervisão directa dos órgãos de poder estatal. O corpo judicial será composto por juizes do povo, leigos e revocáveis, a par de um quadro de pessoal permanente, responsável perante as instituições estatais da classe operária.

Entre as tarefas do Estado revolucionário da classe operária está a reestruturação radical da parte do aparelho administrativo do Estado burguês que, inevitavelmente, será herdada na fase inicial do socialismo. O tempo de trabalho, os direitos e deveres dos trabalhadores serão regulamentados de acordo com a legislação revolucionária. O papel dirigente do Partido, sem quaisquer privilégios, garantirá a transformação revolucionária da administração pública.

Os novos órgãos revolucionários de Segurança e de Defesa basear-se-ão na participação dos trabalhadores e do povo, bem como num quadro permanente de pessoal especializado.

O exército burguês e os seus organismos de segurança, que serão dissolvidos, darão lugar a novas instituições baseadas na luta revolucionária armada para a eliminação da resistência dos exploradores e defesa da revolução.

O controlo directo do exército e das forças de defesa da revolução será assegurado pelo Estado da classe operária. O corpo de oficiais será constituído em função do posicionamento de cada um face à revolução. Gradualmente, através de novas escolas militares, será formado um novo corpo militar com jovens oriundos principalmente dos meios da classe operária, educados nos princípios do novo poder de Estado. Será utilizada a experiência positiva da construção do socialismo, onde o dever da defesa da revolução compete não só às forças especiais permanentes mas também é responsabilidade de todo o povo através de comissões de trabalhadores, etc.

39. O KKE, como a vanguarda da classe operária, tem o dever de conduzir a luta pela plena transformação comunista de todas as relações sociais.

O papel de vanguarda revolucionária do Partido consolida-se através do esforço constante para aprofundar e desenvolver a compreensão do marxismo-leninismo, comunismo científico, com a assimilação das conquistas científicas contemporâneas e a compreensão da essência de classe dos problemas que se colocarão durante o desenvolvimento da formação socioeconómica comunista.

Em cada fase é vital salvaguardar a composição proletária do Partido, uma vez que a sociedade socialista não é homogénea e tem contradições sociais.

O papel de vanguarda revolucionária do Partido decorre da sua capacidade de dinamizar a participação dos trabalhadores e o controlo operário, antes de mais nas unidades de produção (locais de trabalho) e nos serviços sociais, no sentido de a classe operária se transformar no sujeito da autogestão comunista.

O papel do Partido não é simplesmente ideológico-educativo. O partido da classe operária é o partido que detém o poder de Estado. O papel dirigente do Partido no exercício do poder de Estado é o um seu dever decisivo. Consequentemente, o Partido Comunista deve ter um relacionamento orgânico directo com todas as estruturas da ditadura do proletariado. Deve estar envolvido em todas as questões políticas importantes do exercício do poder de Estado; deve mobilizar a classe operária para o controlo do poder de Estado e da administração da produção. Está obrigado a indicar a direcção estratégica, sem se deixar desviar por questões secundárias.

Epílogo

O nosso Partido continuará o estudo e a investigação com vista a uma melhor sistematização das nossas conclusões e ao aprofundamento das questões que não estão totalmente resolvidas. Igualmente crucial é a compreensão e assimilação da presente análise sobre o socialismo-comunismo por todos os membros da Juventude e do Partido.

Deles depende a capacidade do Partido de combinar a sua estratégia com as lutas diárias, de formular as reivindicações para a resolução imediata dos problemas dos trabalhadores em ligação com a sua estratégia para a conquista revolucionária do poder de Estado dos trabalhadores e a construção do socialismo.